

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

DANIELA MORAIS ROSA

**“Um Estudo sobre a Imagem e Comunicação das Forças Armadas em Meio às
Tensões Políticas Contemporâneas no Brasil que culminaram no 8 de janeiro de 2023”**

SÃO PAULO
2023

DANIELA MORAIS ROSA

**“Um Estudo sobre a Imagem e Comunicação das Forças Armadas em Meio às
Tensões Políticas Contemporâneas no Brasil que culminaram no 8 de janeiro de 2023”**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
Departamento de Relações Públicas,
Propaganda e Turismo da Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Bacharel em Relações Públicas.

Área de Concentração: Relações
Públicas

Orientadora: Prof. Valéria de Siqueira
Castro Lopes

SÃO PAULO
2023

Nome: Daniela Morais Rosa

Título: Um Estudo sobre a Imagem e Comunicação das Forças Armadas em Meio às Tensões Políticas Contemporâneas no Brasil que culminaram no 8 de janeiro de 2023

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Área de Concentração: Relações Públicas

Orientadora: Prof. Valéria de Siqueira Castro Lopes

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientadora: Prof. Valéria de Siqueira Castro Lopes

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Assinatura:_____

Julgamento:_____

Prof. Professora Mariângela Haswani

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Julgamento:_____

Assinatura:_____

Prof. Luiz Alberto de Farias

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar minha gratidão às pessoas que me apoiaram durante os anos de graduação, sobretudo minha mãe, Maria Sirlene Moraes, que tornou possível a minha trajetória na USP com seu apoio incondicional. Dedico este trabalho à minha avó querida, Maria Aparecida de Moraes, que faleceu dia 28 de outubro de 2023, pouco mais de um mês antes da submissão deste trabalho, como agradecimento, homenagem e símbolo do meu amor e lembrança eternos. Agradeço à minha irmã, Débora Moraes Rosa, que foi a primeira da nossa família a entrar na USP e sempre foi fonte de amor e inspiração. Agradecimento e lembranças também ao meu avô e bisavô que faleceram durante os meus anos de graduação, respectivamente, Venício de Moraes e Maria das Graças Coutinho.

Sou grata a todos que fizeram parte dessa incrível jornada que é a Universidade de São Paulo, aos meus amigos queridos que fizeram meu ano de bixete inesquecível, que levarei para sempre, Nath Barreira, Raquel Lima, Larissa Barbosa, Amanda Marques, Maria Fernanda Denardi, Julia Perillo. Sou grata pelos amigos que conheci nessa jornada e que levarei para a vida toda, Pedro Cerruti, João Mello, João Pedro Andrade, Rafaela D'Angelo, Leonardo Mizok; obrigada por me apoiarem sempre e me incentivarem na conclusão desta etapa. Agradeço também ao meu namorado Guilherme Ferro pelo suporte e atenção em todas as etapas dessa reta final, com ele tudo foi mais fácil.

Agradeço também aos professores da ECA pelas belas trocas e inúmeros aprendizados, principalmente a professora Valéria, pelas valiosas orientações e apoio que precisei durante a pesquisa.

RESUMO

A pesquisa aborda o impacto da presença das Forças Armadas na política brasileira durante o governo Bolsonaro, explorando as vulnerabilidades em sua imagem devido a eventos golpistas. O primeiro capítulo abrange conceitos de Opinião Pública e mídia na era digital, enquanto o segundo analisa a Comunicação Institucional militar. O terceiro investiga a relação entre as Forças Armadas e o bolsonarismo, destacando eventos relevantes. O quarto capítulo avalia vulnerabilidades e seu reflexo na mídia e opinião pública, destacando a importância da Comunicação e Relações Públicas na gestão da imagem. As considerações finais destacam a turbulência política recente, a influência da mídia e redes sociais na opinião pública, enfatizando a necessidade de uma comunicação estratégica para preservar a reputação das Forças Armadas e seu compromisso democrático.

Palavras-chave: Forças Armadas, Comunicação Institucional, Opinião Pública, Golpismo, Imagem Institucional, Relações Públicas, Mídia Digital, Participação Política Militar, Midiatização, Desinformação, Reputação Institucional.

ABSTRACT

The research addresses the impact of the presence of the Armed Forces in Brazilian politics during the Bolsonaro government, exploring vulnerabilities in their image due to coup-related events. The first chapter covers concepts of Public Opinion and media in the digital age, while the second analyzes military Institutional Communication. The third investigates the relationship between the Armed Forces and Bolsonarism, highlighting relevant events. The fourth chapter assesses vulnerabilities and their reflection in the media and public opinion, emphasizing the importance of Communication and Public Relations in image management. The concluding remarks underscore recent political turbulence, the influence of media and social networks on public opinion, emphasizing the need for strategic communication to preserve the reputation of the Armed Forces and their democratic commitment.

Keywords: Armed Forces, Institutional Communication, Public Opinion, Coupism, Institutional Image, Public Relations, Digital Media, Military Political Participation, Mediatization, Disinformation, Institutional Reputation.

SUMÁRIO

“Um Estudo sobre a Imagem e Comunicação das Forças Armadas em Meio às Tensões Políticas Contemporâneas no Brasil que culminaram no 8 de janeiro de 2023”	1
1. INTRODUÇÃO	8
2. OPINIÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO	9
2.1 Comunicação Pública e Confiança Política	10
2.2 Opinião Pública nos contextos digitais: sociedade midiaticizada e as bolhas	12
3. IMAGEM E REPUTAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: FORÇAS ARMADAS	15
3.1 O que são as Forças Armadas	18
3.2 Caracterização do Discurso Institucional	20
3.3 A representação institucional das lideranças	22
4. ESTREITAMENTO DE RELAÇÕES ENTRE FORÇAS ARMADAS E BOLSONARO NAS ESFERAS PÚBLICAS	23
4.1 Relacionamento entre as Forças Armadas e o governo Bolsonaro	24
4.2 Forças Armadas e as eleições de 2022: segurança das urnas eletrônicas	25
4.3 Derrota eleitoral de Bolsonaro e movimentações golpistas em frente aos quartéis	26
4.4 Atentados do 8 de janeiro: onde as Forças Armadas estão nessa teia	29
5. FATORES PARA VULNERABILIDADE INSTITUCIONAL, NA IMAGEM E REPUTAÇÃO	33
5.1 Forças Armadas nas pesquisas de opinião pública	36
5.2 Repercussão na mídia tradicional	42
5.3 Repercussão nos espaços digitais	47
5.4 Forças Armadas: Posicionamento oficial	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa será dedicada a compreender como o aumento da presença das Forças Armadas na vida política com o governo Bolsonaro e a posição da instituição no cenário das movimentações golpistas que culminaram nos ataques do dia 8 de janeiro atribuíram vulnerabilidades e possíveis desgastes à imagem da instituição. Além disso, o trabalho busca entender a importância da Comunicação e das atividades de Relações Públicas no posicionamento das Forças Armadas enquanto organizações apartidárias e subordinadas à Constituição e ao Estado Brasileiro, sob um regime político democrático.

Os acontecimentos da política nacional com maior relevância para este trabalho se iniciam com as eleições presidenciais de 2022 e a vitória de Lula nas urnas, e os desdobramentos que levam até a invasão da Praça dos Três Poderes em janeiro de 2023. A metodologia adotada na pesquisa é exploratória e de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e procedimentos documentais, a partir de revisão bibliográfica e análise documental de materiais jornalísticos, pesquisas de opinião pública sobre o tema e dos canais de comunicação oficiais das Forças Armadas.

No primeiro capítulo, serão discutidos os principais conceitos de Opinião Pública nos estudos da Comunicação que serão utilizados no embasamento teórico deste trabalho. Além disso, serão apresentadas reflexões sobre a comunicação e confiança política nas instituições de caráter público, e como as bolhas digitais, *fake news* e desinformação são relevantes nas dinâmicas envolvendo a opinião pública. O capítulo busca explorar também a relevância das mídias digitais e novas tecnologias de informação para a comunicação das organizações no contexto atual.

No segundo capítulo, será abordada a Comunicação Institucional das Forças Armadas, e as singularidades trazidas pela condição pública e o caráter militar, além de subsídios para a caracterização do discurso institucional. Aqui, serão abordadas algumas particularidades na comunicação das instituições públicas e também a importância da liderança e os impactos que sua conduta podem gerar para a imagem das Forças. No terceiro capítulo entraremos de fato no contexto político brasileiro dos últimos anos. Serão observadas as aproximações entre FFAA e correntes do bolsonarismo, e os desdobramentos dessa conjuntura na opinião pública. Alguns dos eventos mais relevantes são os acampamentos golpistas contra o resultado das urnas em 2022 e a

invasão ao Planalto no dia 8 de janeiro de 2023.

No quarto capítulo, serão feitas análises de fatores que representam vulnerabilidades para as Forças Armadas, e seus desdobramentos na mídia a partir da análise de publicações jornalísticas de grandes veículos de comunicação; nas pesquisas de opinião pública; nas redes sociais e, por fim, como as Forças Armadas se posicionam diante desse contexto. O capítulo também abordará o papel da Comunicação na mitigação dessa instabilidade na imagem institucional, além de discutir sobre algumas comunicações e posicionamentos oficiais das Forças Armadas. Por fim, as considerações finais buscam sintetizar a relação entre os fatores que levaram a instabilidades na imagem das Forças Armadas, com o intuito de reforçar a importância das atividades de Relações Públicas na gestão da imagem das instituições públicas e no compromisso com posicionamentos alinhados com os valores democráticos.

Como embasamento teórico, Jürgen Habermas e Walter Lippmann são dois dos principais autores usados para definir a opinião pública, que é um tema multidisciplinar, no campo da Comunicação, com abordagens acerca do papel da mídia na opinião pública. Com Bauman, é abordado o contexto de grandes transformações e instabilidades do mundo contemporâneo, enquanto Fausto Neto é a principal fonte teórica das discussões relacionadas à midiaticização da sociedade. Enquanto isso, a base teórica das análises sobre opinião pública no contexto das mídias digitais e da desinformação, as produções de Luiz Alberto Farias em *Opinião Pública, Comunicação e Organizações* e também na revista *Organicom* (USP). Adentrando a base teórica de relações públicas no que tange a relação da organização com seus públicos, as autoras mais relevantes foram Maria Aparecida Ferrari e Margarida Kunsch.

2. OPINIÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO

A Opinião Pública é um conceito complexo e multidisciplinar, sendo objeto de estudo não só na Comunicação como também em outras áreas, como Ciência Política, Psicologia e Sociologia. Existem muitas vertentes de estudo acerca da opinião pública, tratando-se de um objeto muito amplo. É costume, no entendimento do senso comum, relacionar a opinião pública ao que seria uma opinião majoritária das pessoas em relação a um assunto, o que pode trazer uma visão mais superficial do tema.

Na Comunicação, os estudos sobre opinião pública se conectam com os debates

sobre as mídias, públicos e as organizações. A tradição mais conhecida dos estudos da opinião pública em Comunicação se inicia com Walter Lippmann (1889 - 1974), autor e jornalista norte-americano, que em 1922 publica *Opinião Pública*. Lippmann investiga em sua obra como as mídias da época - jornalismo, cinema, propaganda - disseminavam estereótipos, e as influências desses modelos na opinião pública.

Apesar de importante, a mídia não se caracteriza enquanto fator determinante absoluto das variações da opinião pública, mas sim como um elemento relevante na formação de opiniões “em massa” e, não necessariamente, “das massas”, segundo o autor. Outros autores, como Paul Lazarsfeld (1901 - 1976), apontam como a opinião pública é influenciada por grupos de líderes de opinião, que exercem um papel importante na disseminação de informações e na formação de opiniões. Essa dinâmica se dá na interação entre pessoas e seus grupos imediatos, como família, trabalho, igreja.

Pensando mais adiante, na conjuntura das sociedades midiaticizadas, podemos concluir que pensar em uma esfera pública, no singular, tende a oferecer uma visão limitada. Pode-se dizer que existe uma grande quantidade de esferas públicas, com uma pluralidade de públicos e interesses conflitantes, de modo que a opinião pública não é homogênea. Para Habermas (1992, p. 428), “É preciso admitir a coexistência de esferas públicas concorrentes e apreender a dinâmica daqueles processos de comunicação que são excluídos da esfera pública dominante.”

Outro ponto que será relevante no que tange à opinião pública é a tematização das assimetrias de poder e suas interferências nos processos e dinâmicas de formação da opinião pública e na forma como as organizações conduzem sua comunicação. Para autores como Lima (2018) e Matos (2016), as assimetrias de poder nas organizações geram disputas de sentidos e do poder de definir os discursos e mensagens disseminadas institucionalmente, visto que esse poder pode interferir na maneira como são construídos os imaginários dos públicos.

O contexto de polarização política instalado no Brasil nos últimos anos, por exemplo, evidencia a existência de uma disputa de sentidos nas organizações, inclusive públicas. Martino e Marques (2023) pontuam em seu artigo “*O conceito de opinião pública na teoria da comunicação: genealogias e modos de abordagem*” que:

A dimensão simbólica desse imaginário compartilhado fica mais palpável quando um problema coletivo é tematizado, dando origem a públicos organizados em esferas espalhadas (mas nem sempre articuladas) de discussão e debate, que são os sujeitos do processo de formação da opinião pública. É nas situações de ruptura e de crise que as disputas de sentido deixam entrever as vulnerabilidades constituintes das organizações e de

seus discursos (Martino, Marques, 2023).

Vários conceitos teóricos utilizados nos estudos da opinião pública permitem reconhecer e detectar as disputas de sentido, assimetrias de poder e as vulnerabilidades das instituições para chegar a uma análise. É importante também, o embasamento em estudos acerca da opinião pública nos contextos digitais, que certamente contribui para a pluralidade de narrativas e de esferas públicas, impactando diretamente a Comunicação nas instituições.

2.1 Comunicação Pública e Confiança Política

A comunicação e a opinião pública possuem pesos diferentes para as instituições públicas e privadas. Mesmo assim, para ambos os setores, é importante que estejam atentas ao ambiente em que estão inseridas e a seus públicos na criação de suas estratégias, a fim de fortalecerem sua legitimidade e performance. No caso das organizações públicas, os objetivos e propósito geralmente estão mais voltados para o bem-estar social e proteção dos interesses do cidadão. As organizações públicas interagem com o ambiente de diversas maneiras, inclusive realizando compras com fornecedores, contratações, desenvolvendo capacitações, elaborando e implantando políticas públicas, entre outros. Para Kunsch (2012, p.15),

A instituição pública/governamental deve ser hoje concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação.

Quando refletimos sobre as instituições públicas na tessitura democrática, elementos como legitimidade e confiança política são bastante relevantes. A confiança é comumente definida como um fenômeno de natureza interpessoal, ou seja, que envolve pessoas. Contudo, podemos dizer que na sociedade contemporânea os públicos também depositam suas expectativas e sua confiança nas organizações. Pensando nessa relação de confiança com as organizações, alguns autores apontam que a confiança pública ou nas instituições pode ser entendida como um *equivalente funcional* da confiança interpessoal (Harré; Cohen, 1999).

A confiança política pode ser entendida como um elemento importante para o funcionamento de organizações como as de caráter público, já que suas regras

constitutivas se conectam com os conteúdos normativos tomados como referência pelos cidadãos em seus relacionamentos com essas organizações; de modo que a elas não caiba exercer a neutralidade no ecossistema em que habitam, mas sim dispor de mecanismos que se apoiam nos valores e nos objetivos coletivos a que a organização se propõe (Harré; Cohen, 1999). .

Nesse sentido, as instituições cuja conduta e atuação são compatíveis com a expectativa despertada inspiram mais confiança nos públicos. Ao passo que, instituições cujas ações contrariam essas expectativas, tendem a gerar distanciamento, frustração e desconfiança. Assim, podemos estabelecer que a confiança nas instituições por parte dos públicos tende a se fortalecer quando há um alinhamento entre a conduta da organização, seu discurso organizacional e seus valores, missão e objetivos.

A confiança em determinadas instituições, como aquelas que fazem parte do sistema democrático da República, reside também em sua legitimidade. Para José Álvaro Moisés (2015, p.52), cientista político do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP,

O compromisso dos cidadãos com os fundamentos que incluem direitos e deveres de cidadania, traduzido pela mediação de instituições desenhadas para regular a esfera pública, conformaria o que alguns autores chamaram de cultura a partir da qual se pode falar em confiança política.

Em contrapartida, a desconfiança política se apresenta em contextos em que os públicos se sentem desrespeitados por processos ilícitos ou se encontram desmotivados a confiar nas instituições. Na democracia brasileira, tem-se presenciado na história política recente uma certa instabilidade em relação à confiança nas instituições públicas. Em um contexto de polarização política - muito evidenciado em 2018 com a primeira candidatura a presidência de Jair Bolsonaro, e também com as eleições presidenciais de 2022 - diversos debates relacionados à confiabilidade de certas instituições do sistema democrático foram levantados na mídia, como a integridade do sistema eleitoral, que é reforçada pelo Tribunal Superior Eleitoral, e a legitimidade de decisões emitidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Contestações à legitimidade de instituições da conjuntura democrática brasileira foram comuns em declarações da Presidência de 2018 a 2022. Em matéria de Tayguara Ribeiro, publicada pela Folha de São Paulo, são elencadas mais de 25 ocasiões, entre 2018 e 2023, em que o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, deu declarações que

contestam a segurança do sistema das urnas eletrônicas no Brasil. Frequentemente, tais declarações eram feitas sem provas. Com posicionamentos frequentes da então maior autoridade do Executivo e seus apoiadores sobre o tema, houve uma fomentação do debate nas esferas públicas acerca da confiança nas instituições públicas do Brasil.

Desse modo, refletir sobre as organizações públicas e suas dinâmicas em relação à opinião pública é importante para compreender o contexto político no qual o Brasil se insere atualmente, além de possibilitar reflexões mais aprofundadas sobre o papel das instituições públicas na teia das relações democráticas, e sua credibilidade perante os públicos no cenário brasileiro.

2.2 Opinião Pública nos contextos digitais: sociedade midiaticizada e as bolhas

O conceito de opinião pública é frequentemente relacionado ao campo político e às mídias, desde os primeiros estudos sobre o tema. Na sociedade líquida, (Bauman, 2001) e midiaticizada (Neto, 2009), as próprias mídias têm se modificado bastante com o avanço das tecnologias da informação e comunicação. Para Habermas,

A mídia de massa liberta os processos comunicativos dos contextos restritos e permitem que esferas públicas apareçam através do estabelecimento uma simultaneidade abstrata de uma rede virtualmente presente de conteúdos da comunicação que pode se mover no espaço e tempo tornando válidas mensagens para inúmeros contextos (Habermas, 1987, p. 389).

Nesse contexto, muitas mudanças podem ser observadas nas relações entre pessoas, instituições sociais, organizações e a mídia - cuja presença tem se intensificado cada vez mais no cotidiano da sociedade. Houve uma ampliação da visibilidade das organizações, principalmente após a web 2.0, na qual os sujeitos consumidores de bens ou conteúdo também podem emitir opiniões e posicionamentos, o que tem deixado as organizações mais suscetíveis a críticas. Diante de públicos mais criteriosos, atentos e com grandes quantidades de informação à disposição, as organizações tornaram-se mais vulneráveis em contextos de instabilidade. Em *Vida Líquida*, Bauman pontua que

Se o “espaço público” significa a esfera envolta e atendida pelas instituições representativas do Estado-nação (como foi durante a maior parte da história moderna), essa variedade particular de palco público foi despida da maior parte dos implementos e ferramentas que lhe possibilitam sustentar os dramas encenados no passado. Mesmo que a antiga parafernália tenha permanecido intacta, dificilmente seria suficiente para atender às novas produções, cada vez maiores e mais complexas, com milhões de personagens e bilhões de figurantes e espectadores.” (Bauman, 2005, p. 195 e 196).

Vivemos hoje numa sociedade midiaticizada, ou seja, na qual a mídia ocupa posição de destaque nos mais diversos aspectos da vida contemporânea. Fausto Neto descreve a midiaticização como um processo cultural e social, constituído pela

Emergência e o desenvolvimento de fenômenos técnicos transformados em meios, que se instauram intensa e aceleradamente na sociedade, alterando os atuais processos sociotécnico-discursivos de produção, circulação e de recepção de mensagens (Neto, 2009, P.16).

O conceito de midiaticização nos permite refletir sobre as mudanças que esse fenômeno fomenta nas estruturas sociais, processo iniciado já com a mídia “tradicional”, como os jornais, a rádio e o cinema. As novas tecnologias da informação, e a evolução da web intensificaram ainda mais a presença da mídia na sociedade. As plataformas se tornaram palco da publicização de opiniões oriundas de interesses divergentes, de públicos diferentes. Como aponta Eugenia M. Barrichello,

atualmente os atores sociais, individuais e coletivos, podem publicizar suas opiniões e demandas sem a necessidade da mediação das organizações midiáticas tradicionais, já que os processos de visibilidade e legitimidade institucionais estão hoje perpassados por uma lógica, na qual podem ser identificadas inúmeras possibilidades interativas e fluxos comunicacionais, que se constituem em um vigoroso local de estudo para a área (Barichello, 2017, p.103)

Em determinadas situações, sobretudo nas quais existe pressão por parte dos públicos, a organização é levada a posicionar-se, prestar esclarecimentos. Habermas (2003) levanta a discussão sobre a existência de uma esfera pública transposta para o ambiente digital, onde opiniões distintas surgem nas interações das plataformas de mídias sociais. O debate acerca das opiniões emergidas nas plataformas digitais, e se elas poderiam ser consideradas parte da opinião pública, ou seriam apenas opiniões de públicos em torno de diferentes temas, formadas a partir de bolhas informativas.

A Pesquisa Panorama Político 2022¹, realizada pelo DataSenado, nos ajuda a entender melhor a intensidade da presença das mídias digitais na vida dos brasileiros. O levantamento, que entrevistou por telefone 5850 cidadãos acima dos 16 anos, em amostra representativa da população brasileira, aponta que 90% dos entrevistados afirmaram utilizar as redes sociais. Outro dado relevante da pesquisa, foi que 25% dos entrevistados admitiram que as redes sociais são sua maior fonte de informação sobre

¹ Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado, que tem série histórica aplicada desde 2008, para avaliar a opinião dos brasileiros sobre democracia, desempenho dos parlamentares e alguns dos principais temas em debate no país. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/panorama-politico-2022>

política - desses, 35% afirmam consumir mais informações através do Facebook, seguido do Instagram com 27%, Youtube com 16%, Whatsapp com 8% e, por fim, o Twitter (agora com novo nome, X) com 7%.

Um levantamento da Comscore² publicado no início de 2023 apontou a notoriedade das redes sociais na vida dos brasileiros: somos o 3º país do mundo que mais consome redes sociais, e o 1º da América Latina, totalizando cerca de 131,5 milhões de habitantes com acesso às redes sociais. Ao contrário da mídia de interesse geral, como TV aberta e jornais de alcance nacional, em que o espectador consome os conteúdos que ali são disponibilizados, nas redes sociais, as plataformas direcionam os conteúdos que serão apresentados ao usuário através dos algoritmos, de modo que há um maior contato com informações que agradam os perfis, e os conteúdos que apresentam opiniões contrárias tendem a ser filtrados.

Eli Pariser (2011) chamou de “filtro invisível” e “filtro-bolha” essa identificação de perfis dos usuários a partir de hábitos, personalizando o direcionamento dos conteúdos a partir de interesses específicos. O autor, em seu livro *“O filtro invisível - o que a internet está escondendo de você”*, afirma que

O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros online examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informação exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações. (Pariser, 2012, p. 14)

O problema com as bolhas é que elas criam para cada usuário um espaço virtual no qual ele interage majoritariamente com conteúdos e pessoas que possuem posicionamentos semelhantes aos seus e compatíveis com seus interesses. Toda essa dinâmica de transformações das tecnologias da informação gerou mudanças também nas construções de sentido. As plataformas digitais mudaram os processos de interpretação dos indivíduos, e a possibilidade de curtir, comentar e compartilhar nesses espaços com os demais usuários acaba agregando credibilidade a determinados conteúdos, que vão se disseminando muitas vezes de forma viral em certas ambiências virtuais.

Não é novidade que parte significativa dos conteúdos compartilhados na internet

² A Comscore é uma empresa estadunidense especializada em pesquisas e análises sobre hábitos nas redes digitais. A Comscore 2023 está disponível na íntegra em:

<https://static.poder360.com.br/2023/03/Tendencias-de-Social-Media-2023-1.pdf>

são feitos sem a devida verificação da veracidade das informações - o fenômeno das *fake news* ganhou muita força com as plataformas digitais. Tudo isso evidencia como as transformações no processo de midiatisação das redes digitais mudou a maneira como as pessoas se informam e interpretam os conteúdos.

Os períodos eleitorais são um exemplo concreto de como as tecnologias midiáticas transformaram a sociedade. As eleições presidenciais do Brasil de 2018 e 2022 foram marcadas pela presença recorrente de *fake news* envolvendo as candidaturas, levando milhões de pessoas a se informarem a partir de informações falsas. Também ficou evidenciado como o lado passional das pessoas tornou-se relevante nos processos de tomada de decisão e formação de opinião. Farias, Cardoso e Nassar (2020, p.212) afirmam que

O endosso às cegas (Farias) cresce à medida que a informação se torna um produto *pathemico*, mediado por sentimentos distantes da razão e da crítica. Nesse sentido, faz-se cada vez mais um salto que vai da informação – não confirmada – à opinião, ignorando-se o estágio da interpretação.

3. IMAGEM E REPUTAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: FORÇAS ARMADAS

Depois de refletirmos sobre a opinião pública na sociedade contemporânea midiatisada e a confiança nas organizações no regime democrático, podemos começar a aprofundar a discussão acerca da imagem e reputação das Forças Armadas. Ainda existem poucas pesquisas empíricas no Brasil sobre temas que envolvem a defesa nacional, principalmente as que explorem a percepção da população em relação às instituições e políticas públicas desse setor. Há não só uma carência de dados nesse sentido, como também uma tradição na conduta das Forças Armadas em manter suas políticas públicas dentro das próprias Forças Armadas, com pouco envolvimento de outras instituições.

Esse debate passou a ser mais presente em segmentos do Estado e da sociedade civil após a redemocratização do Brasil (1985) e também com a criação do Ministério da Defesa no ano de 1999, eventos que reajustaram o papel das Forças Armadas na conjuntura política brasileira. É notório que em alguns países - na Europa e Ásia, por exemplo - há uma participação ou expectativa de participação significativa em conflitos armados de grande magnitude na história contemporânea recente, o que aproxima as Forças Armadas da necessidade de defesa nacional, proteção e soberania.

Em contrapartida, no caso do Brasil e de outros países latino-americanos, onde a participação em grandes conflitos internacionais é historicamente menos ativa, a relação com as Forças Armadas é diferente. Brasil, Chile e Argentina, por exemplo, são países que

historicamente possuem um envolvimento armado mais brando em grandes conflitos internacionais, contudo, internamente, as instituições militares conduziram regimes autoritários e ditatoriais por décadas, conferindo um outro contexto histórico para essas organizações.

Entende-se que a reputação de uma organização é uma representação coletiva das suas ações e resultados, somada ao acúmulo de experiências com seus públicos. A reputação pode ser entendida como um crédito de confiança que a organização possui perante seus públicos, podendo estar ligada a bom nome, familiaridade, credibilidade, reconhecimento (Thevissen, 2002). É um recurso frágil, que não pode ser adquirido através da compra, que é construído através de uma gestão adequada, e está suscetível a impactos sérios (Hall, 1992), principalmente com as mudanças frequentes no ambiente da sociedade contemporânea, que a organização precisa monitorar constantemente, sobretudo no contexto social midiático no qual vivemos.

A literatura voltada para o estudo da imagem e da reputação nas organizações é relativamente recente, e existem abordagens distintas entre os autores. Gotsi e Wilson (2001) em seus estudos perceberam na literatura que os conceitos de imagem e reputação são em algumas ocasiões tratados como conceitos bastante semelhantes, como conceitos separados, ou ainda, como fenômenos inter-relacionados. Ao abordarmos a relação entre imagem e reputação de maneira bilateral, podemos partir do ponto de que as imagens que os *stakeholders* formam de uma organização podem ser influenciadas por sua avaliação geral da mesma.

No caso das instituições públicas, essa percepção possui um caráter bastante coletivo, e se entrelaça com a mídia, as esferas públicas e a confiança política - temas abordados no capítulo anterior. A percepção que os públicos possuem das organizações sem dúvida passam por sua Comunicação, pela forma como ela se apresenta para seus públicos e como ela interage e se comunica com eles. A Comunicação Institucional ou Corporativa tem sido alvo de uma visão mais integrada na literatura. Para van Riel (2003, p.163), ela pode ser descrita como “orquestração de todos os instrumentos no campo da identidade da organização (comunicação, símbolos e comportamento dos membros da organização)”.

Desse modo, para refletirmos sobre imagem e reputação das Forças Armadas no contexto político do Brasil atualmente, precisamos olhar mais de perto esses conceitos e seus impactos nas organizações de caráter público, em especial, no caso das FFAA. Imagem e reputação são elementos que possuem em comum a característica de serem intangíveis. Na era da informação em que vivemos, a força e a credibilidade das organizações são cada vez

mais importantes para a sua sobrevivência. Por serem ativos intangíveis, gerenciar, avaliar ou mensurar a imagem e reputação das organizações é um desafio. A transparência e a clareza são atributos que ganharam muita importância na gestão da imagem nas últimas décadas, de modo que os públicos estão exigindo mais do que simples informações das organizações - muitas vezes pede-se esclarecimentos e posicionamentos.

Os conceitos de imagem e reputação estão relacionados a percepções dos públicos em relação à organização. A imagem corporativa relaciona-se com uma representação mental de uma organização, construída por uma pessoa ou grupo a partir de sua experiência com aquela organização, agregando também aspectos cognitivos, afetivos e valorativos. Para Peirce, a impressão causada pelos discursos organizacionais na mente de quem recebe tende a ser bastante icônica, e por isso, tende a ser fugaz na mente de seus vários públicos - efêmera, vulnerável a mudanças nas condições do ambiente, contextos, etc.

A reputação, por sua vez, consiste em uma representação mais consolidada e amadurecida em relação à organização, embora ainda seja uma percepção ou síntese mental, assim como a imagem. Enquanto a imagem pode ser formada a partir de uma ou poucas experiências com a organização, a reputação é a síntese de vários contatos ao longo do tempo. No entanto, é importante considerar que, apesar de na literatura, a reputação possuir um caráter mais “consistente”, a revolução tecnológica das últimas décadas produziu muitas mudanças em relação à exposição e percepção das instituições, criando novas oportunidades e também vulnerabilidades para as organizações.

Desgastes na imagem ou reputação das organizações podem ocorrer com incongruências entre a conduta da organização e seus valores, ou desvios éticos. O contexto volúvel em que as organizações estão inseridas hoje em dia requer uma grande resiliência de gestão e também pode trazer situações delicadas para a imagem e reputação organizacionais. Muitas organizações ainda cometem erros que poderiam não sofrer o escrutínio público em décadas passadas, mas que na sociedade da informação não passam despercebidos.

Este trabalho tem como foco estudar os efeitos desse contexto midiático - particularmente nos períodos antes e após o pleito eleitoral de 2022 - causou desgastes na reputação e/ou imagem das Forças Armadas, e como essas instituições (conhecidas por sua estrutura rígida e hierarquizada) responderam a essas instabilidades. É também objetivo gerar uma reflexão sobre o papel estratégico das Relações Públicas para a uma comunicação efetiva nas instituições públicas, e sobre a importância do posicionamento das Forças Armadas e sua relação com seus públicos, instituições e sociedade para a democracia brasileira.

Para isso, começaremos compreendendo como o aumento significativo da presença de militares na vida política durante o governo Bolsonaro gerou mudanças na imagem das Forças, e foi o início de uma série de eventos decisivos na história política recente do Brasil.

3.1 O que são as Forças Armadas

As Forças Armadas brasileiras são compostas pela Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira - instituições nacionais permanentes e regulares, conduzidas sob modelo de hierarquia e disciplina, cuja atuação está sob autoridade máxima do Presidente da República, o comandante supremo das Forças. As Forças Armadas atuam sob direção superior do Ministério da Defesa, segundo o qual as funções das instituições militares são: assegurar a integridade do território nacional; defesa dos nossos recursos naturais, industriais e tecnológicos, proteger os cidadãos e os bens do Brasil e garantir sua soberania nacional e os poderes constitucionais, atuando na garantia da lei e da ordem, preservando o exercício da soberania do Estado e a indissolubilidade da Federação.

Cabe ao Ministério da Defesa orientar, supervisionar e coordenar as atividades conduzidas por essas três instituições. É muito importante compreendermos o seu propósito na conjuntura nacional para refletir sobre o papel da Comunicação, já que esta, idealmente, deve estar alinhada com os objetivos a que a organização se propõe.

Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil é a Força Armada mais antiga do país, o início de sua operação marítima e fluvial aconteceu ainda no século XVIII, quando o país Brasil ainda era colônia portuguesa. A Marinha é responsável pela defesa dos interesses marítimos do Brasil, que possui um longo litoral de 7,4 mil quilômetros de extensão, e a maior bacia hidrográfica do mundo, com 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Além de cuidar das estratégias no que tange ao controle dos ambientes marítimos e fluviais do Brasil, a instituição também conduz atividades de cunho social pela Amazônia, usando seus recursos para levar procedimentos de saúde a locais isolados.

Segundo dados oficiais da própria instituição, a Marinha do Brasil possui cerca de 70 mil homens e mulheres no corpo de colaboradores, e seu atual comandante da Força Naval é o almirante-de-esquadra Ilques Barbosa Junior. A Marinha possui 9 Comandos Navais, sob os quais são divididos os estados brasileiros. Dentre as centenas de subdivisões dos órgãos submetidos ao Comando da Marinha (CM) em sua estrutura organizacional, disponível no site oficial da instituição, o Centro de Comunicação Social da Marinha

(CCSM) é uma das oito subdivisões do Órgão de Assistência Direta ao Comandante da Marinha.

O organograma da Marinha é bastante robusto, com divisões de equipes muito específicas, distribuídas sob uma lógica de hierarquia. O Centro de Comunicação Social faz parte dos poucos grupos subordinados ao comando direto da autoridade máxima da instituição. Isso indica que a atuação da Comunicação é considerada estratégica para a organização, e que há algum nível de proximidade com a alta liderança. O site oficial conta com uma aba de nome “Central de Conteúdos”, em que são disponibilizadas publicações, podcast, rádio, hinos e canções, aplicativo da Marinha do Brasil, entre outros. É possível encontrar também páginas como “Missão e Visão de Futuro”, “Mulher na Marinha, o organograma completo da organização, identidade visual, programas estratégicos.

Há uma “Área de Imprensa”, onde são reunidos conteúdos como notas oficiais, press releases e avisos de pauta e uma área de atendimento. Na sessão de notas oficiais, a Marinha compila seus comunicados oficiais para a imprensa - são poucas notas, divulgadas em um intervalo de dois meses, mais ou menos. Ao que tudo indica, consistem em pronunciamentos oficiais voltados para assuntos considerados bastante relevantes, e que merecem algum tipo de esclarecimento.

Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira (FAB) foi criada em 1941 com a missão de assegurar a soberania no espaço aéreo brasileiro, além de oferecer o apoio logístico, de inteligência, de comunicações e instrução no combate a infrações que envolvam o uso do espaço aéreo e as áreas aeroportuárias, incluindo o apoio na fiscalização aérea para com os órgãos competentes. Segundo dados oficiais, a Marinha do Brasil conta com cerca de 68 mil homens e mulheres alistados.

A FAB também possui em seu site oficial uma área dedicada à imprensa e disponibiliza conteúdos em diversos formatos - TV, rádio, podcast, newsletters mensais e semanais. No organograma organizacional, também disponibilizado para acesso público, o Centro de Comunicação Social da Marinha (CECOMSAER) também é uma divisão submetida diretamente ao comando. É possível notar que há um cuidado com a Comunicação por parte da instituição - grande volume de informações disponibilizadas, conteúdos produzidos e constam 8 profissionais somente na subdivisão de Assessoria de Imprensa. A organização zela também por suas aparições na mídia: o NOTIMP é um levantamento diário das menções à Aeronáutica nos veículos jornalísticos.

Exército Brasileiro

O Exército é responsável no plano externo pela defesa do país em operações eminentemente terrestres, e internamente, pela garantia da lei, ordem e dos poderes constitucionais. Assim como as demais Forças, o site oficial conta com área de contato para a imprensa, diversos conteúdos em formatos variados e newsletters. É feito inclusive um monitoramento semanal das notícias nas quais o EB é citado - entretanto, é possível notar que só as matérias de teor positivo são selecionadas para o levantamento.

O organograma na instituição mostra o Centro de Comunicação Social do Exército também dentro dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante. Assim como as demais Forças, o Exército disponibiliza uma série de conteúdos em diversos formatos. Todas as Forças possuem contas oficiais verificadas no Instagram e Twitter (X).

A localização da Comunicação dos organogramas, perfis oficiais constantemente alimentados nas redes sociais, o grande volume de conteúdo próprio disponibilizado nos canais oficiais e os times voltados apenas para assessoria de imprensa mostram que a instituição possui um cuidado com a Comunicação. Demonstra que a instituição não é indiferente à importância dos esforços no setor de comunicação. Desta forma, pode-se inferir que a imagem e reputação da organização são aspectos relevantes para a instituição.

3.2 Caracterização do Discurso Institucional

Buscando analisar melhor a comunicação das instituições, mais especificamente como elas se comunicam com seus públicos, iremos adentrar no discurso institucional. Para buscar uma definição, é possível seguir mais de um caminho: o primeiro, que tem o intuito de explicar o que é uma instituição, nos leva a recorrer ao direito, e abordar temas como a legitimidade das instituições. Um outro caminho, voltado para a semiótica, busca explicar o que caracteriza um discurso institucional, ou seja, buscar elementos do próprio discurso que expliquem o que o discurso afirma de si próprio.

No discurso institucional, a instância de enunciação pode ou não se projetar no enunciado de forma direta. Independente de a projeção ser direta ou indireta, o ator da enunciação no discurso institucional não pode se apresentar como *eu*, pois a instituição não é uma pessoa. No discurso institucional também não permite o anonimato, ou seja, a instância de enunciação tem, necessariamente, que ser figurativizada no texto. O motivo é simples: de nada adiantaria um discurso institucional, se a instituição que o produziu não pode ser identificada naquela enunciação.

Quando nos deparamos com um discurso institucional, conseguimos identificar, através do próprio discurso, a qual instituição ele pertence. A instituição também precisa fazer parte de algum setor da sociedade, como uma empresa, governo, ONG, etc. No caso das Forças Armadas, seu caráter institucional reside também no fato de a organização estar sob o comando do Estado e constituir a força militar da defesa nacional.

O discurso institucional é pensado para trazer veracidade, e deve conter elementos que confirmem credibilidade para o que está sendo enunciado. No caso de um comunicado oficial sobre uma crise, por exemplo, é preferível adotar uma linguagem que não possua erros de ortografia, seguindo a norma da língua, e sobretudo, apresentando-se adequadamente com a ocasião. Em seu artigo *Subsídios para uma caracterização do discurso institucional*”, Dilson Ferreira da Cruz, doutor e mestre em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo (USP), aponta que no discurso institucional é muito importante a aparência da verdade quando diz:

“A aparência da verdade tem uma importância tal, que discursos que não parecem verdadeiros não poderiam nem mesmo almejar tal classificação, ainda que eventualmente, sejam verdadeiros” (Cruz, 2008, p. 2008).

No discurso institucional, o parecer é bastante importante, de modo que tanto os discursos verdadeiros quanto os que possuem informações falsas podem ser institucionais. Esse é um tipo de discurso que permite poucas variações em seu estilo, além de ser marcado pela impessoalidade e por um tom mais formal, e pouco uso de recursos conotativos, já que é um estilo que não costuma admitir ambiguidades. É um discurso que apresenta, muitas vezes, valores e aspectos da identidade da organização, como por exemplo, preocupações com segurança de operações, pautas de diversidade, cuidado com o meio ambiente, etc. Ele também pode colocar o ator da enunciação como agente de transformação de algo que esteja contido naquele discurso.

É importante reconhecer o que caracteriza um discurso institucional adequado, para que possamos adiante compreender melhor alguns posicionamentos das Forças Armadas em relação a acontecimentos envolvendo o pré, o durante e o pós das eleições presidenciais de 2022. O discurso institucional das Forças Armadas se mostrou bastante relevante frente a movimentações anti-democráticas que se desdobraram com as eleições de 2022, e que serão abordadas posteriormente neste trabalho.

3.3 A representação institucional das lideranças

O discurso institucional não é a única maneira de comunicar de uma organização.

Representantes, mesmo fora das dependências da organização ou de seu horário de trabalho, acabam muitas vezes extrapolando os limites entre vida pessoal e profissional. As organizações são formadas por pessoas, e em muitas ocasiões, são elas que falam em seu nome. As organizações costumam nomear pessoas para representá-las, e é importante que elas estejam devidamente preparadas para isso. Essa figura é muito importante nos momentos de crise, pois consiste em uma fonte segura de informações que já foram pré-avaliadas internamente antes de serem divulgadas.

Institucionalmente, podemos dizer que os líderes de uma organização são também seus porta-vozes. No caso das Forças Armadas, o porta-voz máximo da Marinha, Aeronáutica e do Exército são seus respectivos comandantes. No caso dessas instituições públicas, que estiveram muito presentes nas coberturas midiáticas do nos últimos anos, não só as declarações oficiais são importantes, mas também a conduta fora do ambiente militar. Como afirma Kunsch (2003), “o público interno é um público multiplicador. Na sua família e no seu convívio profissional e social, o empregado será um porta-voz da organização, de forma positiva ou negativa”.

O porta-voz de uma organização pode causar danos à sua imagem ou reputação com condutas do âmbito pessoal, profissional e até mesmo através do seu envolvimento com irregularidades. As redes sociais e a *internet* deixam essa equação ainda mais complexa. Nos últimos anos, militares da ativa e da reserva foram criticados pelos veículos midiáticos por fazerem críticas sem embasamentos verídicos sobre a segurança das urnas eletrônicas nas redes sociais, por divulgarem mensagens ou conteúdos estimulando os usuários a participarem dos eventos que ocorreram no 8 de janeiro na Sede dos Três Poderes, etc. O comportamento do público interno, principalmente a liderança, dentro e fora das redes sociais, pode fornecer indicativos sobre a cultura existente na organização, neste caso, sobre correntes de pensamento ou partidárias.

4. ESTREITAMENTO DE RELAÇÕES ENTRE FORÇAS ARMADAS E BOLSONARO NAS ESFERAS PÚBLICAS

Após reflexão sobre a opinião pública e a comunicação institucional, será possível estabelecer conexões entre acontecimentos recentes da conjuntura política que impactaram as Forças Armadas, e pensar os desdobramentos desses eventos a nível da Comunicação. No ano de 2023, as Forças Armadas estiveram nas páginas de inquéritos policiais - o envolvimento de militares de diversas patentes em investigações ligadas ao ex-presidente e seus assistentes tem sido tema recorrente nos principais veículos de comunicação do país.

A partir do 2º semestre de 2023, militares e policiais estiveram envolvidos em pelo cinco frentes de investigação das quais Bolsonaro é um dos focos: (i) a disseminação de *fake news* sobre a segurança do sistema eleitoral eletrônico e outras irregularidades envolvendo o TSE; (ii) a obstrução das rodovias federais por parte da Polícia Rodoviária Federal no segundo turno das eleições presidenciais de 2022; (iii) o desvio e venda ilegal de objetos de alto valor que foram presentes para a Presidência da República; (iv) as movimentações de cunho golpistas que culminaram na invasão do Palácio do Planalto em 8 de janeiro de 2023 e (v) a compra superfaturada de vacinas e outras irregularidades e possíveis crimes envolvendo a pandemia da COVID-19.

Para esta pesquisa, interessam principalmente as conjunturas relativas à segurança do sistema eleitoral e as movimentações golpistas que culminaram na invasão da Sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Esses aspectos são relevantes para essa pesquisa pois relacionam-se diretamente com instituições elementares na democracia brasileira, como o TSE e os Poderes da República. É ainda mais interessante refletir sobre os desdobramentos envolvendo as Forças Armadas e essas instituições democráticas ao lembrarmos que até 1985, o Brasil vivia em uma ditadura militar, sob a égide do braço militar nacional.

A cronologia dos eventos descritos neste capítulo e nos seguintes foi montada a partir da pesquisa e coleta de informações, sobretudo em materiais jornalísticos, sempre prezando veículos que exercem um jornalismo considerado sério e com checagem de fontes. Foram usadas diversas publicações³ em formato de texto e em formato de podcast, datadas principalmente do período entre outubro de 2022 e setembro de 2023, de vários dos principais veículos de comunicação do Brasil, como Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, Veja, O Valor Econômico, entre outros.

A participação ativa de militares nos escândalos envolvendo a ex-Presidência, além do aumento da presença de militares nos ministérios e cargos do Poder Executivo desde o início do governo Bolsonaro, aproximaram diante dos públicos e nas mídias as instituições militares da figura do ex-presidente. É notório que tal aproximação entre as Forças e o Executivo, bem como a presença de militares na vida política nacional, que foram experimentadas a partir de 2018, não possuem precedentes desde a redemocratização. Daí a relevância do tema e da reflexão sobre as contribuições que as atividades de Relações Públicas podem oferecer neste contexto.

³ Todas as fontes dos acontecimentos do cenário político nacional narrados nesta pesquisa estão disponíveis na bibliografia, ao final do trabalho. Elas abarcam diversas notícias dos principais veículos jornalísticos do Brasil, bem como conteúdos em formato de podcast disponibilizados por esses canais.

4.1 Relacionamento entre as Forças Armadas e o governo Bolsonaro

O governo Bolsonaro possui uma relação intrínseca com as Forças desde o início: Bolsonaro e seu vice Mourão são capitão e general da reserva do Exército Brasileiro, respectivamente. Na posse do então presidente em 1º janeiro de 2019, foram nomeados para os cargos de 1º escalão do Poder Executivo oito militares de quatro e seis estrelas (os dois maiores níveis da hierarquia das Forças Armadas brasileiras: sete generais do Exército e um almirante da Marinha), dos quais cinco assumiram também Ministérios. Este foi o maior número de militares para cargos de 1º escalão desde que a Constituição foi reescrita em 1988.

A alta participação de membros de alta patente das Forças no então governo demarcava um cenário atípico na política brasileira desde a redemocratização. Nos anos consecutivos, aconteceram interferências da Presidência nas Forças, também inéditas desde a redemocratização. Em 2021 aconteceu uma delas. Naquele momento, dentro de um ano e meio de gestão, o governo Bolsonaro havia aumentado a participação de integrantes das três Forças em cargos comissionados em 33%, contando com mais de dois mil e quinhentos militares em 18 órgãos da máquina pública. Em março daquele ano, houve o anúncio da demissão do então Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, e sua substituição pelo também general Walter Braga Netto, que compartilhava um alinhamento com o então presidente em relação a desaprovação das medidas protetivas de avanço da COVID-19, como o *lockdown*.

Após essa decisão, deixaram seus cargos os comandantes das três Forças, general Edson Pujol (Exército), o almirante Ilques Barbosa (Marinha) e o brigadeiro Antônio Carlos Moretti Bermudez (Aeronáutica). Essa foi a primeira vez, desde 1985, que os três comandantes das Forças saíram de seus cargos ao mesmo tempo em período fora de troca de governos. Foram nomeados para o comando das Forças o General Paulo Sérgio Nogueira (Exército), o Almirante de Esquadra Ilques Barbosa (Marinha) e o Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Júnior (Força Aérea).

Os três nomes foram nomeados também, de forma atípica, já que nenhum dos nomeados estava nas listas de recomendados para o cargo que cada uma das Forças costuma indicar ao Ministério da Defesa, priorizando militares mais antigos na alta patente militar. A escolha levantou discussões também sobre o possível uso político das Forças Armadas, pois os nomeados que foram escolhidos pelo então presidente possuíam maior alinhamento ideológico com o bolsonarismo.

De modo geral, os anos de governo Bolsonaro foram um período agitado para as Forças Armadas, com aumento significativo de militares na máquina pública, maior exposição da imagem da instituição na mídia, e o envolvimento em polêmicas. O contexto de polarização política contribuiu para o fomento dos debates de cunho político envolvendo as Forças e também o debate sobre a legitimidade das instituições públicas, incluindo o Poder Judiciário. A politização das diferentes abordagens em relação à gestão pública na pandemia também caracterizou o cenário político brasileiro dos últimos anos, até chegarmos às eleições presidenciais de 2022, que consistem em um capítulo à parte da relação entre governo Bolsonaro e FFAA nas esferas públicas.

4.2 Forças Armadas e as eleições de 2022: segurança das urnas eletrônicas

As tensões políticas aumentaram no Brasil com as candidaturas de Lula e Bolsonaro à presidência da República. Nas redes, a polarização se refletiu também nas bolhas digitais, que como simulacros da realidade, amplificaram e restringiram conteúdos relacionados ao pleito eleitoral através de seus algoritmos que se adequam aos perfis dos usuários. Um dos temas que foi comum nas bolhas durante as eleições foi o das urnas eletrônicas. Como já foi citado neste trabalho, o ex-presidente Jair Bolsonaro costumava dar declarações sugerindo ineficiência e falta de segurança nas urnas eletrônicas. Bolsonaro chegou a citar em várias ocasiões, dados falsos sobre a segurança do sistema eletrônico de votação.

E então chegamos a outro elemento comum nas bolhas: as *fake news*. Elas podem ser entendidas como notícias falsas geradas e compartilhadas deliberadamente, com o objetivo de manipular a opinião pública, e podem ser danosas para a democracia (Keller & Klinger, 2019). As *fake news* influenciaram os eleitores na eleição de Donald Trump (Read, 2016), em 2016, e também foram muito presentes nas eleições presidenciais do Brasil, tanto em 2018, quanto em 2022.

Com o aquecimento desse debate diante da aproximação das eleições de 2022, as FFAA entram na questão através de um relatório sobre as urnas eletrônicas. Segundo dados oficiais da Justiça Eleitoral, no dia 1 de agosto de 2022, as Forças Armadas solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral um pedido de inspeção. Em portal oficial, a Justiça Eleitoral publicou que a Corte recebeu representantes das FFAA em duas ocasiões: dia 3 de agosto de 2022, quando técnicos da instituição assistiram a palestras sobre a votação eletrônica e iniciaram a inspeção; e no dia 12 do mesmo mês, no qual outras pessoas indicadas pelas

Forças retornaram ao TSE para analisar o código-fonte⁴ e obter mais informações sobre a composição física e o funcionamento da urna.

Muitos militares foram criticados por falarem abertamente em suas redes sociais sobre sua posição política, mas é importante notar que, nesse caso, as Forças Armadas se envolveram no debate sobre a segurança das urnas eletrônicas enquanto instituição. Mais especificamente, como uma instituição que colocou-se no papel de atestar a seguridade do sistema eletrônico de votação, em meio a uma série de *fake news* em circulação sobre o tema. O relatório sobre as urnas feito pelas Forças Armadas foi entregue ao Ministério da Defesa, que por sua vez o encaminhou ao TSE no dia 9 de novembro de 2022.

Em nota oficial, o Ministério da Defesa anunciou que o relatório em questão emitido pelas Forças não trouxe provas de que havia fraudes no sistema eleitoral, mas também não excluía a possibilidade de fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas. Neste sentido, podemos dizer que essa contradição presente no discurso da instituição sobre as urnas não contribui para aumentar a clareza do posicionamento das Forças depois do pedido de inspeção, em outras palavras, o discurso “deixou margens” abertas para dúvidas.

Do ponto de vista da comunicação institucional, as Forças Armadas envolveram-se numa questão afluída e polêmica na política nacional naquele momento, deixando um tom de imprecisão sobre a segurança das urnas eletrônicas. O sistema eletrônico de votação do Brasil é referência mundial em transparência, velocidade e segurança eleitoral. Podemos dizer que a solicitação de inspeções nas urnas para o TSE por parte das Forças em um período tão próximo às eleições, e dentro de um contexto de discussão nas esferas públicas sobre a segurança do sistema eleitoral, poderia gerar um clima de atrito ou disputa entre as instituições diante das esferas públicas.

4.3 Derrota eleitoral de Bolsonaro e movimentações golpistas em frente aos quartéis

O segundo turno das eleições presidenciais de 2022 foi marcado por um clima político de tensão. Lula foi eleito com mais de 60 milhões de votos no dia 30 de Outubro de 2022. Pouco tempo após Lula ter vencido o páreo eleitoral, manifestantes bolsonaristas bloquearam estradas em diferentes regiões do Brasil. A partir de então, os protestos migraram para a frente dos quartéis, onde bolsonaristas que defendiam práticas anti-democráticas passaram a pedir intervenção. Os cidadãos acampados pelos Estados do

⁴ Segundo a Justiça Eleitoral, o código código-fonte da urna eletrônica brasileiro é um conjunto de instruções às quais os sistemas eleitorais, desenvolvidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), obedecem. Ele é de acesso público a toda a sociedade, visto que as instituições que fazem a fiscalização atuam constantemente na inspeção desses sistemas.

Brasil pediam intervenção das Forças Armadas para anulação da eleição e impedimento da posse de Lula em 2023.

Figura 1 - Bolsonaroistas fazem apelo a militares.



Fonte: Valor Econômico (2022)

⁵

A mobilização ocorreu não só nos espaços físicos, mas também na internet, sobretudo com os grupos de WhatsApp. Um dos acampamentos que mais chamou atenção foi o estabelecido em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, que em novembro de 2022, contava com cerca de 400 pessoas, segundo levantamento da revista Veja em sua reportagem de Ricardo Chapola e Laryssa Borges “Fake news, oração e comida de graça: um dia no acampamento golpista”.

Figura 2: Bolsonaroista em acampamento em frente ao QG do Exército em Brasília.

⁵ Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/02/manifestaes-em-frente-a-quartis-so-da-esfera-da-segurana-pblica-diz-fonte-militar.ghtml>



Fonte: G1 (2022)

O fenômeno das *fake news* já é global e assola as democracias contemporâneas, desde as consideradas “mais consolidadas”, como no caso dos EUA, como as mais recentes, como no caso do Brasil. Empoli (2019) afirma que, por trás das *fake news* aparentemente absurdas e das teorias da conspiração, existe na verdade uma lógica consistente. Para o autor, “do ponto de vista dos líderes populistas, as verdades alternativas não são um simples instrumento de propaganda. Contrariamente às informações verdadeiras, elas constituem um formidável vetor de coesão” (Empoli, 2019, p.20)

No contexto da pós-verdade, a falta de importância dada à veracidade dos fatos (Gabriel, 2022) faz com que narrativas sem fundamento na verdade se tornem laços sociais potentes na mobilização das massas. O Projeto Comprova⁶, analisou 110 *fake news* relacionadas às eleições presidenciais de 2022 entre 1º de outubro e 17 de dezembro daquele ano. O Projeto apurou também que essas 110 *fake news* que movimentaram os grupos de manifestantes chegaram a ter 1.745.331 compartilhamentos verificados.

O acampamento estabelecido em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília logo após a vitória de Lula foi ganhando maior adesão ao longo dos meses, até se tornar o maior no país. Na semana que antecedeu a invasão aos Três Poderes, ônibus de diversos

⁶ O Projeto Comprova é uma iniciativa sem fins lucrativos de jornalistas livres de 41 veículos midiáticos que realiza a checagem e monitoramento de notícias falsas. O site do projeto está disponível em <https://projeto comprova.com.br/>

locais do país trouxeram manifestantes para as proximidades do planalto. No dia 8 de janeiro, por fim, ocorreu um episódio de terrorismo inédito na história do Brasil.

Durante a tarde e ao cair da noite do domingo (8 de janeiro de 2023), os manifestantes invadiram a Sede dos Três Poderes e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, causando danos sem precedentes nas instalações das instituições brasileiras.

Figura 3: Bolsonaroistas ocupando a Sede dos Poderes em Brasília



Fonte: Estado de Minas (2023)

Os fatos passaram a ser investigados pela Polícia Federal e foi instaurada em maio de 2023 a CPMI do 8 de janeiro, com a finalidade de investigar os atos de ação e omissão ocorridos na Sede dos Três Poderes em Brasília. A repercussão nacional foi massiva.

4.4 Atentados do 8 de janeiro: onde as Forças Armadas estão nessa teia

A invasão à Sede dos Três poderes não ocorreu repentinamente: uma série de fatores culminaram nos atentados. As investigações que se sucederam após os atos de terrorismo mostraram que haviam financiadores por detrás das ações, que ajudaram a pagar o deslocamento, alimentação, instalações e a impulsionar as *fake news* e mensagens que convidavam os eleitores a irem até Brasília lutarem pela anulação do resultado da eleição de Lula. A disseminação de desinformação, a polarização política e as sucessivas *fake news* que

foram disseminadas sobre o sistema eleitoral brasileiro contribuíram para que o clima de tensão possibilitasse o surgimento de movimentos golpistas e terroristas na extrema-direita.

Figura 4: Acampamento bolsonarista em Brasília com faixa sobre fraude eleitoral



Fonte: Carta Capital (2023)

O ataque não resultou em danos apenas materiais na Sede dos Três Poderes, mas também ao que essas instituições representam na tessitura da democracia brasileira. Os atentados foram o estopim de movimentações que o antecederam. Os acampamentos nos quartéis pelo Brasil, sobretudo no Quartel-General do Exército em Brasília, foram fundamentais na organização dos atos golpistas de 8 de janeiro. O que é mais interessante para a análise e reflexão neste trabalho, é o fato de os manifestantes bolsonaristas pedirem a intervenção e fazerem apelos às Forças Armadas para que o resultado da eleição democrática fosse desconsiderado.

Figura 5: Bolsonaroistas em frente ao STF nos ataques do dia 8 de janeiro



Fonte: Poder 360 (2023)

Esse cenário já evidencia um desnível entre o que os manifestantes bolsonaristas compreendiam ser o papel das Forças Armadas e a real missão da instituição. As FFAA consistem em uma instituição apartidária, que tem o dever de resguardar a Constituição Federal, que por sua vez, prevê um regime democrático. Desse modo, a intervenção requisitada pelos bolsonaristas seria um crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de estado. Investigações da CPMI do 8 de janeiro tiveram como alvos os envolvidos nesses ataques, o que incluiu membros da cúpula militar, conforme será aprofundado mais adiante.

Membros da alta cúpula militar foram alvos de investigações da CPMI do 8 de janeiro. O relatório final da investigação, que durou 5 meses, propõe o indiciamento de 61 pessoas, dentre elas, 8 ex-gerais e 2 ex-comandantes das Forças Armadas. Essa foi a primeira vez na história do Brasil em que uma comissão parlamentar de inquérito sugere a responsabilização de ex-membros da alta cúpula militar.

Na lista de indiciamentos propostos no relatório, estão os ex-comandantes da Marinha e do Exército, respectivamente, Almirante Almir Garnier Santos e General Marco Antônio Freire Gomes. O documento, produzido pela relatora Eliziane Gama, aponta que após as eleições de 2022, ainda durante o mandato, Jair Bolsonaro teria se encontrado diversas vezes com os comandantes das Forças Armadas “fora da agenda presidencial oficial, com fins pouco republicanos, segundo o que apurou a Comissão”. As reuniões teriam sido usadas para discutir motivações anti-democráticas.

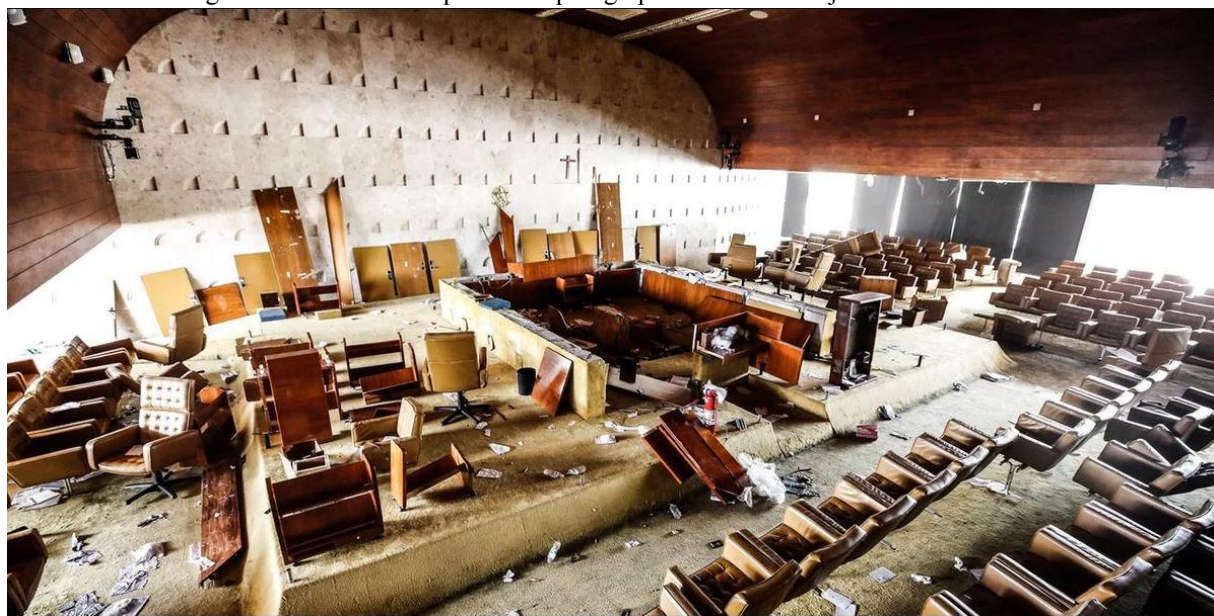
Uma das evidências apontadas na investigação é a suposta “minuta de golpe”, que teria sido entregue a Bolsonaro pelo seu ex-assessor Filipe Martins, com o envolvimento do também militar Mauro Cid, tenente-coronel do Exército e ex-ajudante-de-ordens do então presidente, que chegou a ser preso neste ano, antes de acordar uma delação premiada com a Polícia Federal. Cid está envolvido também em outras frentes de investigação além dos ataques de 8 janeiro. A perícia realizada pela PF em seu aparelho telefônico durante as investigações revelou que, além da minuta de golpe, haviam conversas de teor golpista com outros oficiais do exército.

Os atentados à Sede dos Três Poderes foram resultado de esforços conjuntos de semanas antes do dia fatídico. Além do envolvimento de membros das Forças Armadas nas investigações dos atos de terrorismo e atentados contra a democracia, é preciso também pontuar a atuação das FFAA em relação aos acampamentos de bolsonaristas nas proximidades dos quartéis. O Quartel-General do Exército de Brasília foi um QG muito relevante na organização da invasão ao Planalto. Antes do dia do atentado, foram relatadas pela Polícia Militar do DF duas ocasiões em que as Forças Armadas impediram operações da PM que foram planejadas para a desmobilização do acampamento, ainda no final de 2022.

Ainda sobre a relação entre as FFAA e seus membros no dia 8 de janeiro, as investigações revelaram meses depois dos ataques, através das câmeras de segurança do Palácio do Planalto, que Gonçalves Dias circulava no andar do gabinete presidencial do Palácio ao lado dos manifestantes bolsonaristas. Gonçalves Dias era então o ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) escolhido por Lula para comandar o órgão durante a transição entre os governos no final de 2022. O GSI é responsável pela segurança do Planalto, e sob o comando de Dias, general da reserva do Exército, o órgão dispensou o reforço de 36 homens da Guarda Presidencial horas antes dos ataques, quando as áreas de inteligência do governo já haviam identificado a aproximação dos milhares de bolsonaristas rumo à Sede dos Três Poderes.

Todas as ocasiões abordadas anteriormente sugerem o envolvimento ou omissão de membros da ativa e reserva das Forças Armadas nos acontecimentos que culminaram na invasão ao Planalto. Os atentados do 8 de janeiro causaram enorme repercussão nacional, e também internacional. As imagens de depredação do patrimônio público e o estado em que a Sede dos Poderes se encontravam após a evacuação do Planalto causou repercussão negativa a todo o movimento bolsonarista. A Sede dos Três Poderes foi completamente vandalizada, obras de arte foram destruídas e itens valiosos desapareceram. Os danos estimados foram de 20 milhões de reais.

Figura 6: Sede do STF após os ataques golpistas do dia 8 de janeiro



Fonte: Correio do Povo (2023)

No dia seguinte à invasão, os acampamentos que estavam erguidos desde outubro de 2022 começaram a ser desmantelados, por ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes.

5. FATORES PARA VULNERABILIDADE INSTITUCIONAL, NA IMAGEM E REPUTAÇÃO

Dado o panorama político a partir de Outubro de 2022, muitos acontecimentos da conjuntura política nacional contribuíram para evidenciar a polarização política existente no Brasil. Debates a respeito da segurança do sistema eleitoral eletrônico permearam todo o mandato de Bolsonaro, atingindo o auge entre parte de seus eleitores, que exigia a anulação do resultado das eleições de 2022. Da mesma forma, o endosso à ditadura militar esteve presente em declarações públicas do ex-presidente. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é analisar como elementos dessa conjuntura política podem ter colocado as Forças Armadas em uma situação de vulnerabilidade.

É delicado para a imagem de uma instituição como as Forças Armadas que as relações interpessoais entre seus representantes e membros da Presidência tenham extrapolado as condutas consideradas éticas. Não é vantajoso para uma instituição deste calibre estreitar demasiadamente suas relações com este ou com aquele governo, e nem que o governo faça o contrário e associe sua imagem com a das Forças. Bolsonaro fez nomeações para o alto comando militar de maneira a resguardar seus interesses políticos e

peçoais em algumas ocasiões. É importante para a credibilidade de uma organização como essa que os seus líderes sejam escolhidos com parcimônia e transparência.

A presença do bolsonarismo nas Forças Armadas é real, mas não unânime. Alguns militares relataram incômodo, por exemplo, quando Bolsonaro se referiu ao “meu Exército”⁷, sugerindo ter a instituição ao seu lado. Por outro lado, muitos membros da instituição ou da reserva passaram a apoiar o bolsonarismo abertamente, embarcando em aventuras de cunho golpista após a vitória de Lula. As investigações que se sucederam a 8 de janeiro foram um ponto-chave para esclarecer o uso político das Forças Armadas, e a presença de correntes antidemocráticas na instituição ainda hoje. Devemos nos atentar aos perigos que ter a força militar nacional associada a ideias antidemocráticas pode representar.

Os eventos ocorridos no dia 8 de janeiro no Planalto de Brasília foram um ataque à democracia brasileira, e a situação pouco clara, omissa, e possivelmente conivente das Forças com o orquestramento destes atos antidemocráticos é de grande relevância ao pensarmos na consistência da democracia no Brasil atualmente. É nesse sentido que entra a importância das Relações Públicas, pois elas podem fornecer os recursos necessários para que a instituição se posicione de forma clara e consistente no seu compromisso com o Estado Democrático de Direito.

É possível que esses eventos tenham acarretado em vulnerabilidades para as Forças Armadas, bem como em efeitos negativos para sua reputação. Podemos entender a vulnerabilidade como “uma situação de fraqueza ou debilidade na qual as organizações se encontram diante de eventos que podem colocar em risco sua performance” (Ferrari, 2009, 143). Para Ferrari,

A vulnerabilidade das organizações depende, fundamentalmente, da maior ou menor ação interveniente de dois tipos de agente: os externos, que são os riscos, ameaças e impactos oriundos do micro e macro entorno, e que afetam sua performance dos negócios e seu comportamento diante de seus públicos; e os internos, que são os impactos que podem surgir do enfraquecimento dos laços de confiança interpessoal dos trabalhadores e das percepções que eles têm sobre a organização (Ferrari, 2009, p.144).

No caso das Forças Armadas, os desdobramentos que ocorreram após a vitória de Lula nas urnas em 2022 evidenciaram que boa parte dos eleitores de Jair Bolsonaro enxergavam nas Forças Armadas uma aliada na anulação do resultado das eleições, uma autoridade a quem recorrer. Isso evidencia que há um desnível entre o que é a razão de ser

⁷ Segundo matéria do Valor Econômico, disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/09/bolsonaro-cita-meu-exercito-e-militares-relatam-incmodo.ghtml>

das Forças Armadas e o que parte dos eleitores acredita ser a missão da instituição.

Figura 7: Apoiadores de Bolsonaro em frente ao quartel-general do Exército em Brasília, em novembro de 2022.



Fonte: Folha de S. Paulo (2022)

Esse contexto pode indicar uma falta de compreensão presente neste público em relação à missão da instituição, e um equívoco em imputar a ela o dever de conduzir sua atuação em favor de um governo ou ideologia em específico. É importante refletirmos sobre as correntes anti democráticas existentes nas Forças Armadas, já que elas podem endossar essa percepção e assim ratificá-la.

É notório que esses grupos de eleitores não reconhecem o caráter apartidário das FFAA, bem como seu dever de proteger a Constituição, que por sua vez, prevê a prevalência do regime democrático, e criminaliza as tentativas de golpe de Estado e os ataques ao Estado Democrático de Direito. Isso constitui mais um ponto delicado para a reputação das Forças: se parte do eleitorado esperava uma tomada do poder, e isso não aconteceu, podem ser esperadas percepções ligadas à frustração nesses públicos. Se não é do interesse da instituição tomar o controle dos aparelhos políticos através de uma ditadura, não é interessante que parte de seu público perceba que a instituição possui essa pretensão.

A partir desta lógica, podemos concluir que as Forças Armadas se encontram numa situação delicada no que tange sua imagem e reputação. Os desdobramentos dos ataques de 8 de janeiro causaram impactos negativos para as Forças na imprensa e nas esferas públicas

que reconhecem a importância da democracia. Ao passo que, entre os eleitores do ex-presidente, público em que as Forças tradicionalmente possuíam maior receptividade, a sequência do jogo democrático - a posse de Lula e o reconhecimento internacional de sua vitória eleitoral - abriu margem para críticas às Forças Armadas, de quem se esperava uma intervenção militar anti democrática.

5.1 Forças Armadas nas pesquisas de opinião pública

Com a finalidade de explorar os dados que pudessem possibilitar uma melhor análise de aspectos da imagem da instituição, foram mapeadas algumas pesquisas de opinião pública com relação ao tema. As pesquisas de opinião pública são realizadas através de métodos de coleta de informações com o principal objetivo de sondar opiniões, percepções e comportamentos de uma amostra representativa da população em relação a um determinado assunto. Geralmente, elas são coordenadas por instituições que possuem expertise neste tipo de trabalho, como institutos de pesquisa, universidades, instituições governamentais e empresas privadas. Pesquisas desse tipo podem ser bastante relevantes para vários setores da sociedade, como na política, na mídia, entre as empresas, para o governo e para a academia.

Como já mencionado neste trabalho, a opinião pública é um conceito abrangente e multidisciplinar. Além disso, o contexto da sociedade midiaticizada das novas tecnologias da informação, confere à opinião pública uma série de complexidades oriundas desse novo contexto. A opinião pública, por um lado, é acompanhada por tendências que dependem de estados de espírito momentâneos na sociedade, e ela se norteia a um determinado sentido de acordo com ocorrências específicas de um certo momento (Habermas, 1984). Por outro lado, não se pode deixar de considerar sua importância na democracia, já que “as instituições de base constitucional da democracia de massa postulam uma opinião pública intata, visto que essa ainda é a única base aceita para legitimar a dominação política” (Habermas, 1984).

Habermas (1962) aponta ainda em sua obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública” que a democracia do Estado moderno estabelece a soberania popular como princípio de sua verdade, que por sua vez é legitimada com a opinião pública. Atribuí-se à pesquisa de opinião pública a tarefa de obter amostras fiéis à realidade para as instituições, a fim de auxiliar na elaboração de suas diretrizes políticas (Habermas, 1984). O autor aponta também como a opinião pública pode ser um objeto de dominação, e como as pesquisas podem ser tendenciosas e possuir um caráter mais arbitrário.

Dessa forma, para obter maior assertividade e explorar mais fontes de informação utilizando o recurso das pesquisas de opinião, serão analisadas três pesquisas de instituições

distintas, com o intuito de apurar dados acerca da reputação e das impressões dos públicos em relação às Forças Armadas entre os anos de 2022 e 2023. Serão analisadas:

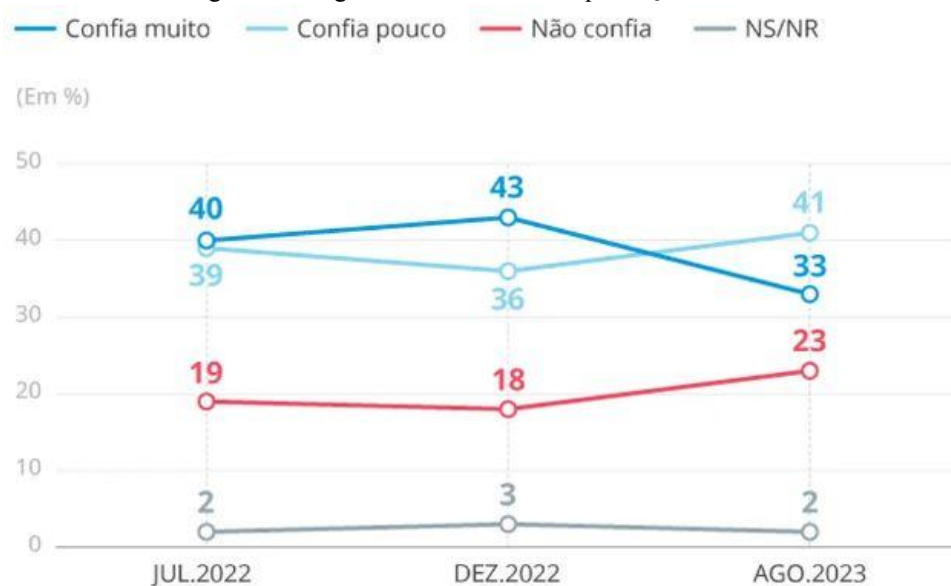
- a) Pesquisa Genial/Quest;
- b) Pesquisa A Cara da Democracia e
- c) Pesquisa do Instituto Datafolha.

Pesquisa Quaest

A Quaest⁸ é um instituto de pesquisas que faz levantamentos sobre intenções de votos e pesquisas eleitorais, com sede em Minas Gerais. A metodologia da pesquisa quantitativa foi baseada em entrevistas presenciais, realizadas com 2.029 pessoas entre os dias 10 e 14 de agosto de 2023. Segundo o levantamento, cujo objetivo era contemplar a confiança da população nas instituições brasileiras, 33% dos brasileiros disseram “confiar muito” nas Forças Armadas em agosto de 2023. O índice percentual foi 10 pontos menor do que na mesma pesquisa feita pelo instituto em dezembro de 2022, que registrou 43%.

O levantamento, que possui como público alvo eleitores acima de 16 anos, também apresentou outros dados significativos: entre os entrevistados que responderam “confiar pouco” nas Forças, o índice foi de 36% em dezembro de 2022 para 41% em agosto de 2023. Da mesma forma, o índice dos que “não confiam” também aumentou no mesmo período - foi de 18% para 23%. 2% dos entrevistados não responderam.

Figura 8: Infográfico baseado na Pesquisa Quaest 2023

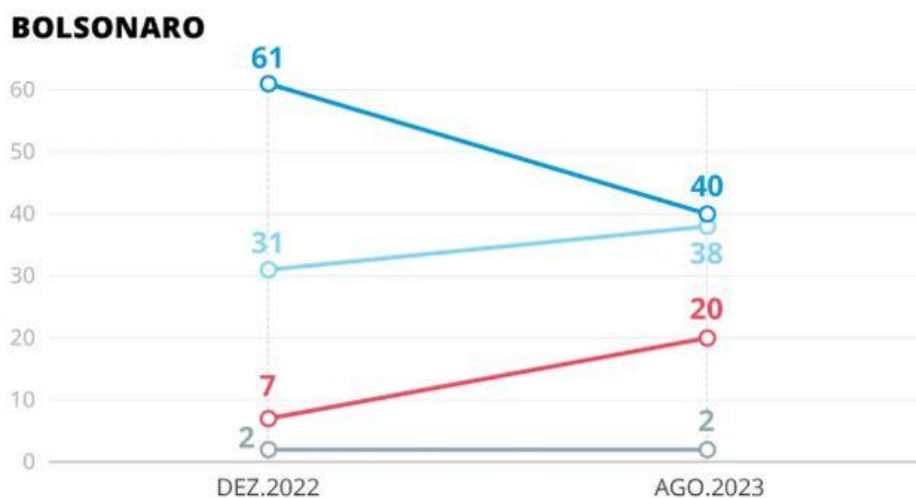


Fonte: O Globo (2023)

⁸ A Quest possui parceria com a Genial Investimentos, que patrocina pesquisas da corrida eleitoral. As pesquisas costumam ser financiadas também pela ABEP (Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa).

Um ponto interessante é que os percentuais dos indicadores de confiança tiveram uma diferença de pontos percentuais entre dezembro de 2022 e agosto de 2023 ainda maior entre os eleitores de Bolsonaro no 2º turno. De acordo com a Quaest, o índice de eleitores de Bolsonaro que afirmaram “confiar muito” nas Forças Armadas foi de 61% em 2022 para 40% em 2023. As taxas de quem respondeu “confiar pouco” foi de 7% para 20% para esses eleitores, apresentando um aumento de 13 pontos percentuais.

Figura 9: Infográfico baseado na pesquisa Quaest - avaliação das Forças de acordo com voto no 2º turno de 2022



Fonte: O Globo (2023)

Entre os entrevistados eleitores de Lula no 2º turno de 2022, os índices não tiveram uma flutuação tão expressiva, e manteve a oscilação dentro da margem de erro da pesquisa (2,2 pontos percentuais para mais e para menos). A maior parte respondeu que confia pouco nas Forças Armadas, com a taxa na faixa de 43%. O índice dos eleitores de Lula que disseram “confiar muito” foi de 29%, e dos que afirmaram “não confiar” foi de 26%. 2% não souberam responder. Isso sugere que parte significativa das quedas nos indicadores de confiança ocorreu dentro dos eleitores de Jair Bolsonaro.

Figura 10: Infográfico baseado na pesquisa Quaest - avaliação das Forças de acordo com voto no 2º turno de 2022



Fonte: O Globo (2023)

Entre os entrevistados que votaram nulo/branco ou não foram votar também houve uma maior discrepância entre os índices. Houve uma queda de 9 pontos percentuais entre os que afirmaram “confiar muito”, passando de 40% em dezembro de 2022 para 31% em agosto de 2023, enquanto “confiar pouco” entre o grupo foi de 32% para 41%. 25% disseram não confiar, e 3% não responderam. Dos entrevistados na pesquisa de agosto de 2023, os eleitores do ex-presidente Bolsonaro foram 37%, os de Lula 39%, enquanto os outros 21% foram dos que votaram nulo, branco, ou se abstiveram de votar.

Pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil”

A pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil”⁹ é realizada pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (IDDC-INCT), que reúne pesquisadores das universidades Unicamp, UnB, Uerj e UFMG, e é financiada pela CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Segundo dados oficiais do próprio instituto, a pesquisa tem o intuito de investigar sobre representação, participação e opinião pública. A pesquisa é feita anualmente desde o primeiro survey em 2018, e tem como objetivo produzir um retrato atualizado de como o brasileiro enxerga aspectos da democracia no país, e como ele se apropria de informações políticas.

A pesquisa quantitativa foi feita pelo Instituto da Democracia com 2.558 entrevistas

⁹ O estudo também analisa aspectos sobre a percepção do público em relação a outras instituições e setores da sociedade, e foi financiado pela CNPq e Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

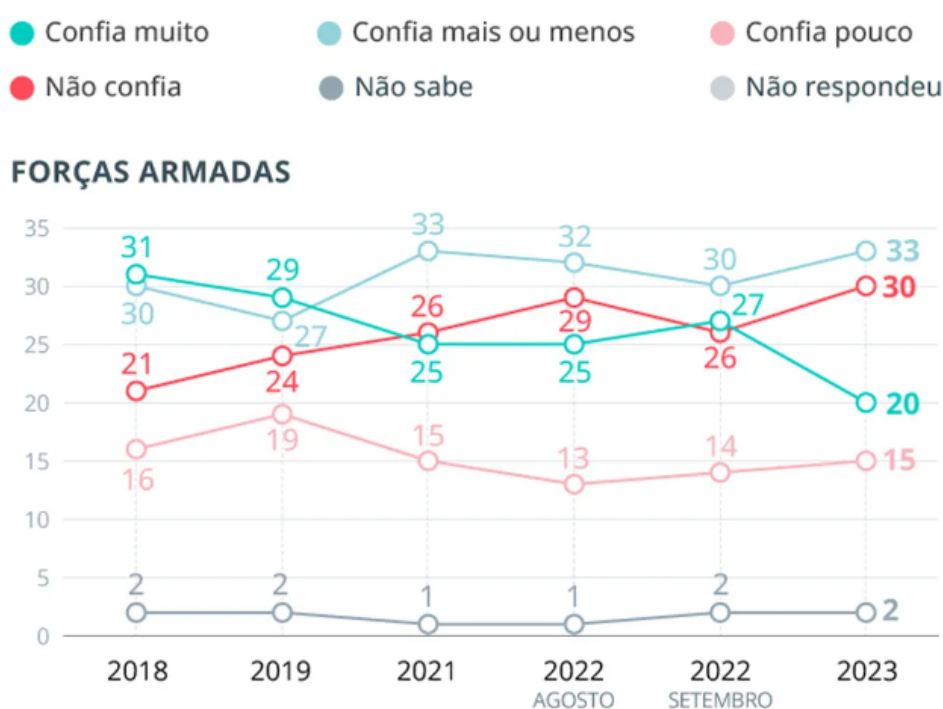
presenciais com eleitores de 167 municípios de todas as regiões do Brasil, entre 22 e 29 de agosto de 2023. A margem de erro é estimada entre dois pontos percentuais para mais ou menos, com índice de confiança de 95%.

Os dados que a pesquisa coletou mostram uma queda nos indicadores de confiança das Forças Armadas entre a amostra representativa da população brasileira. Comparando os dados com a versão anterior da pesquisa, de setembro de 2022, a taxa dos que afirmaram “confiar muito” nas Forças passou de 27% para 20%, índice mais baixo desde o início do levantamento - o mais alto foi de 32% em 2018. Os que disseram “não confiar” foram de 26% para 30%. Os demais índices permaneceram próximos à margem de erro ou dentro dela, como mostra o gráfico abaixo.

Figura 11: Infográfico baseado na avaliação das instituições da pesquisa A Cara da Democracia

Avaliação das instituições

(em %)



Fonte: O Globo (2023)

Pesquisa Datafolha

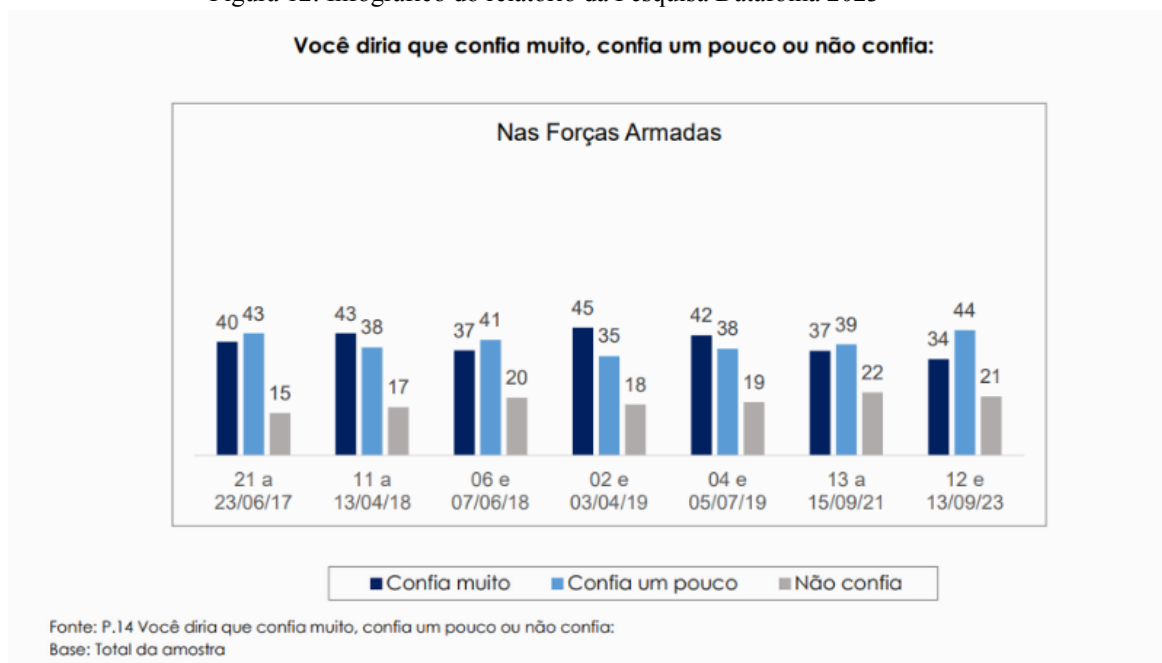
A Pesquisa Datafolha é quantitativa, com abordagem pessoal em pontos de fluxo populacional, e é realizada pelo Instituto Datafolha¹⁰. Nela, foram feitas 2.026 entrevistas com questionário estruturado e duração média de 25 minutos, em 139 municípios do país,

¹⁰ O Instituto Datafolha é um instituto de pesquisas do Grupo Folha, do qual também faz parte a Folha de S. Paulo. Foi fundado em 1983 como departamento de pesquisas da Folha da Manhã, e passou a ter estrutura própria em 1990.

com público a partir dos 16 anos, entre os dias 12 e 13 de setembro de 2023. A edição anterior da pesquisa é de Setembro de 2021. Comparando as duas últimas edições, houve uma flutuação mais sutil do que as outras pesquisas mencionadas anteriormente.

As alterações não são muito distantes da margem de erro da pesquisa. As oscilações são mais expressivas levando em conta uma visão mais geral do estudo. Através da análise dos indicadores desde o início do levantamento, nota-se uma queda progressiva da taxa de entrevistados que responderam “confiar muito” nas Forças desde a edição de abril de 2019 - que foi de 45% - até o último levantamento feito em setembro de 2023, cuja taxa foi de 34%.

Figura 12: Infográfico do relatório da Pesquisa Datafolha 2023



Fonte: Instituto Datafolha (2023)

É possível notar uma progressividade gradativa no aumento dos índices de entrevistados que afirmaram “confiar um pouco” a partir de março de 2019, com taxa de 35% em 2019 e que subiu 9 pontos percentuais até setembro de 2023, em que a taxa foi de 44%. Pode-se sugerir uma possível diluição entre os índices dos que afirmaram “confiar muito” entre os dos que afirmaram “confiar um pouco”.

De maneira geral, todas as pesquisas apresentaram uma queda nos últimos meses ou anos dos indicadores de confiança das Forças Armadas entre as amostras. Não é possível indicar com exatidão quais as razões para essa suposta queda de credibilidade. Contudo, é possível inferir que o aumento da presença das Forças Armadas no cenário político do Brasil desde a eleição de Bolsonaro em 2018, e o aumento da participação de militares da ativa ou da reserva das Forças nos ministérios e cargos de alto escalão no poder público pode ter influenciado a percepção das FFAA perante a população. A controversa acarretada pela

presença de militares das Forças em investigações e polêmicas de grande repercussão midiática envolvendo o ex-presidente e seu governo certamente consistem em uma vulnerabilidade na gestão de uma boa imagem e reputação.

5.2 Repercussão na mídia tradicional

Faz parte do trabalho de Relações Públicas o manejo estratégico da imagem e reputação das organizações. Fombrun e Van Riel (1997) relacionam a reputação organizacional com a percepção das ações passadas e das perspectivas futuras de uma organização. Nesse aspecto, a presença da organização na mídia é um fator bastante relevante. O comunicólogo McLuhan, em sua obra *O meio é a mensagem* (1967), definiu a mídia como “uma extensão de nós mesmos”. Atualmente, o conceito de mídia possui um significado mais abrangente, principalmente com o advento das plataformas digitais e as novas tecnologias da informação e comunicação, que transformaram para sempre como a sociedade se relaciona com a mídia.

A palavra mídia também é comumente utilizada para designar a imprensa. Sissors e Bumba (2001) estabelecem três tipos de mídia, a saber: a convencional, a não convencional e a especializada. A mídia convencional é aquela conhecida como “mídia de massa”, na qual são veiculadas as grandes publicidades, como a TV, a rádio, jornal, revistas. A não convencional é a mídia interativa, que visa encontrar outras formas de chegar até os consumidores. Por fim, a mídia especializada é aquela voltada para uma determinada área, é nichada. Com a internet, surge no cenário o termo “mídias sociais”, que buscam explicar as redes sociais e as tecnologias usadas para o compartilhamento de conteúdos *online*.

De forma geral, a mídia exerce influência relevante na sociedade contemporânea. Na sociedade midiaticizada, a mídia influencia hábitos de consumo, comportamentos sociais, relações interpessoais e entre grupos, e uma série de outras variáveis, inclusive a percepção dos públicos em relação às organizações. Assim, a imagem e reputação das organizações pode ser impactada positiva ou negativamente, dependendo do teor e do contexto de suas aparições midiáticas. Dessa forma, faz parte do trabalho de Relações Públicas a mitigação de crises geradas por aparições de teor negativos em veículos da mídia de grande alcance e credibilidade e a coordenação de esforços de Comunicação a fim de manter uma boa gestão da imagem das organizações.

É possível, assim, inferir, que a presença frequente das Forças Armadas associadas a eventos controversos na imprensa pode significar uma ameaça para a boa reputação da instituição, bem como representar uma vulnerabilidade da organização no contexto atual. Os

desdobramentos das investigações da CPMI do 8 de janeiro mantiveram as Forças Armadas constantemente nas matérias dos jornais, das rádios e dos programas jornalísticos dos maiores veículos de comunicação do país, desde o início das investigações em maio de 2023 até a conclusão de seu relatório final, em novembro do mesmo ano. Conteúdos jornalísticos sobre os eventos do 8 de janeiro e as Forças Armadas foram veiculados em diversos canais de comunicação, incluindo diversos veículos Tier 1 do Brasil.

Os canais Tier 1 são aqueles considerados de grande relevância e audiência nacional e internacional. Folha de S. Paulo, UOL, Exame, Valor Econômico e O Estado de S. Paulo são alguns exemplos de veículos Tier 1 do Brasil. Pensando na reputação institucional das Forças Armadas, as aparições da organização na mídia tradicional configuram um aspecto relevante neste sentido. Serão analisados os teores de publicações de dois veículos midiáticos Tier 1 entre maio e outubro de 2023: Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo. A metodologia usada para a análise das publicações foi exploratória e de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e com procedimentos documentais, com análise das reportagens dos veículos.

Para analisar a presença das Forças Armadas na mídia, foram selecionados dois dos maiores jornais do país, também conhecidos por sua trajetória na cobertura da conjuntura política nacional. Foi escolhido um recorte de tempo a fim de contemplar principalmente os acontecimentos que abalaram a conjuntura democrática nacional no último ano: entre 1º de novembro de 2022 e 30 de outubro de 2023. Foram utilizadas as ferramentas de busca dos próprios veículos para fazer a apuração, e as buscas contemplaram as palavras-chave “Forças Armadas”, “democracia”, “investigação” e “golpe”.

Folha de São Paulo

Para analisar as publicações sobre o tema na Folha de São Paulo no período determinado, além das palavras-chave descritas anteriormente, foi usado também o filtro para captar apenas títulos dentro da editoria “Política”, uma das editorias do jornal. Dos resultados elencados pelo buscador, apenas 1 não tinha relação com os eventos em questão. Dos demais 18, todos se relacionam de alguma forma com algum dos acontecimentos citados ao longo deste trabalho, 12 tendo as Forças Armadas como coadjuvantes e outras 6 como protagonistas das publicações.

Mais precisamente, a respeito da temática das publicações:

- a) 10 publicações tinham como tema principal os ataques golpistas dos bolsonaristas à Sede dos Três Poderes do dia 8 de janeiro e seus

- desdobramentos, como as investigações conduzidas posteriormente;
- b) 5 publicações tratavam especificamente da democracia brasileira em si, discutindo algum aspecto das Forças Armadas com este contexto;
- c) 2 matérias tratam mais especificamente de temas relacionados ao TSE e *fake news* sobre o sistema de votação das urnas eletrônicas;
- d) 1 tratava especificamente dos acampamentos golpistas em frente aos quartéis do Brasil, movimento presente após o segundo turno das eleições presidenciais de 2022;
- e) Por fim, 1 matéria tratava da vitória eleitoral de Lula e sua legitimidade perante as instituições e países democráticos.

Entre as matérias analisadas, ganham destaque nesta análise. A primeira, de título *“Forças Armadas flertam com discurso de antidemocráticos em nota ambígua”*, escrita por Renata Galf e publicada em 12 de novembro de 2022, tem como assunto principal as manifestações públicas oficiais emitidas Forças Armadas e o Ministério da Defesa em uma das semanas posteriores ao início dos acampamentos bolsonaristas em frente aos quartéis pelo Brasil. A reportagem considera ambígua as declarações, e faz um destrinchamento do texto do comunicado, explicando o porquê elas consistiam em uma espécie de flerte da instituição com os movimentos antidemocráticos e com declarações de Jair Bolsonaro a respeito dos acampamentos.

A segunda publicação é de 27 de fevereiro de 2023, e tem como tema principal os primeiros desdobramentos dos ataques antidemocráticos no dia 8 de janeiro na Justiça. Na matéria *“Moraes decide que STF é responsável por julgar militares que cometeram crimes no 8/I”*, escrita por José Marques, são detalhadas atitudes do Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, em relação ao caso: Moraes determinou, na época, que os militares envolvidos nos atos golpistas deveriam ser julgados pelo STF e autoriza a Polícia Federal a instaurar procedimento investigatório para apurar eventuais crimes cometidos pelas Forças Armadas e Polícias Militares relacionados "aos atentados contra a democracia que culminaram com os atos criminosos e terroristas do dia 8 de janeiro de 2023", segundo o ministro.

A terceira é datada de 21 de setembro de 2023, momento em que a CPMI do 8 de janeiro estava em andamento há pelo menos 4 meses, e algumas convocações para depoimentos estavam gerando alvoroço na mídia, em especial a de Mauro Cid, antigo braço-direito de Bolsonaro. A notícia aborda a delação de Mauro Cid, que trouxe para a conjuntura das investigações membros importantes da alta cúpula das Forças Armadas, visto

que Cid disse ter sido entregue ao então presidente pelo seu assessor na época, Filipe Martins, uma minuta de golpe¹¹, que mais tarde, teria sido entregue também a integrantes da cúpula militar.

A publicação, cujo título é “*Cid constrange Forças Armadas ao delatar consulta de Bolsonaro sobre golpe*”, e autoria é de Cézar Feitoza, Marianna Holanda e Thaísa Oliveira, aponta ainda que o então comandante da Marinha do Brasil, o tenente-coronel Almir Garnier, teria sido favorável às intenções golpistas. Não existem na reportagem provas concretas do ocorrido, apenas o testemunho de Cid na CPMI. Contudo, as 24 horas de depoimento que foram gravadas da delação Cid foram sendo liberadas gradativamente na mídia. Por isso, as Forças Armadas estiveram presentes na mídia tradicional em contextos relacionados com as investigações sobre o 8 de janeiro por alguns meses. Desse modo, o debate sobre a presença de ideias antidemocráticas nas Forças foi bastante levantado durante os últimos meses da CPI do 8 de janeiro, o que certamente não foi positivo para a instituição, sobretudo se refletirmos o caráter investigativo e comprometedor das citações na imprensa.

O Estado de S. Paulo

Para análise da repercussão no Estado de S. Paulo, foram usadas as mesmas palavras-chave e o mesmo intervalo de tempo do levantamento anterior, e também foi usada a ferramenta de busca disponibilizada no próprio site do veículo. A plataforma de busca do Estadão disponibiliza também filtros por *tags*. Assim, foram excluídas do filtro as publicações cujos assuntos eram “Lula”, “Bolsonaro” e “Alexandre de Moraes”, para o que o buscador não elencasse matérias sobre personalidades da política brasileira, a fim de manter a busca com foco institucional. Além disso, foi filtrada também a categoria: “política”, a fim de obter maior assertividade na busca.

Desse modo, a ferramenta elencou 29 publicações nas quais as Forças Armadas eram assunto principal ou eram tangenciadas em algum ponto do texto. Dessas 29 matérias:

- a) 14 são sobre o 8 de janeiro ou seus desdobramentos, como a CPMI do 8 de janeiro;
- b) 5 foram especificamente sobre as Forças Armadas e algum aspecto da democracia brasileira;
- c) 5 tratam-se, sobretudo, de aspectos envolvendo majoritariamente alguma personalidade da política brasileira, a saber, Lula, Alexandre de Moraes ou

¹¹ As investigações da PF encontraram uma minuta de golpe no celular de Mauro Cid, que previa declaração de estado de sítio.

Bolsonaro e suas relações com as FFAA.

- d) 3 possuem como contexto principal os acampamentos golpistas que foram erguidos após a vitória eleitoral de Lula no segundo turno;
- e) 1 possui como pano de fundo conflitos a respeito do Tribunal Superior Eleitoral;
- f) 1 matéria não tem contexto com nenhum dos eventos apontados ao longo da análise.

De todas essas reportagens, muitos assuntos são semelhantes aos abordados pela Folha de S. Paulo durante o mesmo período. Outras 3 publicações são interessantes para a análise do teor das publicações envolvendo a FFAA. A primeira é de 19 de abril de 2023, de título *“Exército deve ser ‘apolítico, apartidário, imparcial e coeso’, diz comandante”*. A matéria, escrita por Wesley Galzo, trata-se da cerimônia de solenidade que ocorreu no Dia do Exército, e que contou com a presença de autoridades, inclusive do presidente Lula. Na ocasião, o comandante do Exército general Tomás Paiva fez declarações a favor da democracia, em que afirmou que o Exército é uma instituição de Estado, apolítica, apartidária, imparcial e coesa, integrada à sociedade e em permanente estado de prontidão, e que completa 375 anos de história. A declaração é bastante relevante se levarmos em conta a conjuntura do ambiente externo à organização, e os possíveis reflexos a nível interno.

O comandante ainda declarou sobre o exército que sua existência está alicerçada em valores e tradições, bem como comprometida com a defesa da Pátria, da independência, da República e da democracia. Trata-se de mais uma publicação jornalística sobre Forças Armadas e democracia, desta vez, trazendo ao debate o posicionamento do comandante do Exército acerca do papel da instituição em relação à proteção e respeito à democracia brasileira. Esse debate foi bastante fomentado na mídia após os eventos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

A segunda publicação é *“Campo minado: ‘Fomos tragados pela percepção do golpismo’, diz chefe do Estado-Maior”* e possui como pano de fundo as instabilidades geradas nas Forças após o 8 de janeiro. Na reportagem, de 20 de junho de 2023, o segundo homem na linha de comando do Exército, Fernando José Sant’Ana Soares e Silva, chefe do Estado-Maior do Exército, em entrevista ao veículo, fez declarações sobre a ausência de interesses das Forças Armadas em investirem em um golpe político. A reportagem revela impressões do chefe do Estado-Maior do Exército sobre o clima político que teria capturado a instituição. Para ele, as Forças foram totalmente capturadas pelos assuntos políticos e

tragadas pela percepção do golpismo.

A reportagem traz um ponto de vista interessante: traz à luz impressões de um membro importante da alta cúpula do Exército sobre a presença de ideologias golpistas dentro da própria instituição e em seus antigos membros e demonstra os possíveis impactos internos e tendências de comportamento presentes nos membros da organização. Contudo, reforça também o compromisso da instituição com a democracia, e ressalta que, a nível da instituição, não houve interesse em contribuir com tentativas de golpe. A publicação também fomenta o debate sobre democracia e Forças Armadas. A autoria do texto é de Monica Gugliano.

Por fim, a última reportagem aborda mais um aspecto relevante, e traz um parecer do Ministério da Defesa, José Múcio, sobre a convocação de integrantes das Forças Armadas para depoimentos na CPMI do 8 de janeiro. Múcio já havia sido ministro no último mandato de Lula, como Ministro de Estado - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em 2007, e como Ministro do Tribunal de Contas da União. A publicação de título *“8 de Janeiro: Múcio defende punição a ‘bandidos’ para encerrar suspeição sobre Forças Armadas”* discorre sobre declaração do Ministro - que é um civil - em seminário realizado na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 2023, data de publicação da matéria.

Para o Ministro, é necessário que os “bandidos” envolvidos nos crimes cometidos no dia 8 de janeiro no Planalto para encerrar o “manto de suspeição” sobre as Forças Armadas naquele momento. Para Múcio, as Forças ficaram em uma posição extremamente delicada na sociedade: a esquerda pensaria que as FFAA queriam dar um golpe, enquanto a direita desacredita das Forças Armadas por elas não terem dado um golpe. Para ele, as Forças fizeram a defesa da democracia, estão cientes do seu papel e são parceiras do governo. É interessante refletirmos sobre como o Ministro da Defesa analisa a posição das Forças Armadas perante parte de seu público. As Forças estão submetidas a diversas diretrizes do Ministério da Defesa, de modo que a posição de Múcio na imprensa, enquanto ministro da Defesa, é ainda mais relevante.

5.3 Repercussão nos espaços digitais

Na sociedade midiaticizada, podem haver grandes repercussões e mobilizações nos espaços digitais. Para Antônio Fausto Neto, as tecnologias midiáticas não ocupam um lugar auxiliar ou complementar, mas sim constituem uma “referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos de interação entre as instituições e os atores

sociais”. (Neto, 2008, p.93). Para o autor,

A expansão da midiáticação como um ambiente, com tecnologias elegendo novas formas de vida, com as interações sendo afetadas e /ou configuradas por novas estratégias e modos de organização, colocaria todos – produtores e consumidores – em uma mesma realidade, aquela de fluxos (Neto, 2008, p.93).

Dentro da perspectiva do ecossistema midiático, composto pelos meios de comunicação e por suas relações estabelecidas entre si e a sociedade (Carvalho; Barichello, 2013) a mídia tem efeitos intrínsecos em nossa percepção. Lucia Santaella (2018) aponta que entre a era hegemônica da televisão e o advento da cultura digital, as tecnologias passaram a ter uso mais individualizado, não-centralizado e não-padronizado, instalando a cultura das mídias, na qual o receptor não é passivo, mas sim usuário, que pode produzir e compartilhar conteúdos em rede.

Na conjuntura política nacional nos últimos anos, os espaços virtuais foram palco da polarização política que se intensificou no Brasil, e sem esses espaços, inúmeras organizações da direita e da esquerda não seriam possíveis. Massimo di Felice aponta como na sociedade contemporânea as manifestações políticas habitam espaços que se expandem para os ambientes digitais. Para ele,

Não somente os movimentos e as ações têm, na quase totalidade dos casos origens nas redes, em grupos do Facebook ou em redes sociais digitais, mas, ao sair nas ruas continuam inevitavelmente conectados, e passam a decidir suas estratégias e seus movimentos nas manifestações por meio da interação contínua com as redes informativas e por meio da troca de informações instantânea. Tudo é filmado, gravado, fotografado e imediatamente colocado em rede para o mundo. Não somente se deslocam conectados, mas a manifestação acontece de fato, somente se é filmada, fotografada e postada na rede, tornando-se novamente digital, isto é, informação compartilhada e distribuída. (Di Felice, 2013, p.65).

Esse foi o caso dos ataques do 8 de janeiro, um movimento que foi registrado e teve suas mídias compartilhadas virtualmente em tempo real, de modo que muitos envolvidos produziram e divulgaram provas contra si mesmos. No período eleitoral de 2022, a presença das mídias, principalmente as mídias *online*, ficou bastante evidenciada. A derrota eleitoral de Jair Bolsonaro teve grande repercussão nos espaços digitais, que foram muito permeados pela disseminação de *fake news*. Os espaços virtuais foram essenciais para que as organizações dos acampamentos bolsonaristas em frente aos quartéis e as movimentações para a invasão do Planalto Central no 8 de janeiro fossem orquestradas e amplamente

divulgadas.


Nessa conjuntura, muitos dos subsídios argumentativos usados para justificar a suposta invalidez da eleição de Lula eram oriundos de informações falsas. O silêncio de Bolsonaro após a vitória de Lula aumentou ainda mais a tensão entre seus eleitores, cujos grupos de WhatsApp eram repletos de informações sem fundamento e de cunho golpista sobre fraude eleitoral e tomada militar do poder. As expectativas por uma anulação do resultado das eleições entre os bolsonaristas que não aceitaram o veredicto das urnas foram fomentadas e legitimadas nos ambientes virtuais por esses grupos. Por fim, as Forças Armadas não tomaram o poder, e é possível notar a frustração que parte do público possui em relação à instituição por esse motivo.

Os perfis oficiais no Instagram da Marinha (1,7 milhões de seguidores), Aeronáutica (1,7 milhões de seguidores) e principalmente do Exército, a mais seguida entre o conjunto da Forças, estão repletos de comentários de usuários que demonstram decepção, e até mesmo um sentimento de traição. Os comentários dos perfis oficiais das três Forças no Twitter e no Instagram estão repletos de comentários expressando a decepção dos usuários com as Forças, que não teriam “honrado a pátria”. Muitas das interações são imagens e *gifs* com imagens de melancias, em uma alusão aos militares que seriam “verdes por fora, mas vermelhos por dentro”. As imagens a seguir extraídas dos perfis oficiais do Exército no Twitter e Instagram exemplificam o teor dos comentários desses usuários.

Figura 13: Comentários do post do Dia 7 de Setembro no Twitter (X) oficial do Exército

Ao longo desses 201 anos de Independência, o profissionalismo, a eficiência operacional e o permanente estado de prontidão do Exército Brasileiro, como instituição de Estado, têm sido decisivos para o fortalecimento da nossa soberania.

Hino da Independência: youtu.be/k1f6tTmGkE



9:05 AM · 7 de set de 2023 · 360,2 mil Visualizações


8 mil 628 3 mil 27

Postar sua resposta Responder

Felipe Menezes @lpeme84 · 8 de set
Nunca fomos libertos de verdade... a prova está no exército que tralu o próprio povo

Anna @annabraides · 7 de set
@McPepes_AI pepe this

KATIA CORTEZ @PapoAbertoKA · 7 de set
Todo o respeito e confiança que eu tinha nessa corporação, desceu pelo ralo em 8 de janeiro de 2023! Esse é o meu sentimento hoje.




49 104 850 12 mil

Thaismuquici o retorno! @thaismuquici2 · 7 de set
Pois é uma história tão linda para terminar desse jeito

Caccaos 33. @Caccaos33 · 7 de set
Da Independência só nos resta a morte. Parabéns Senhores adoradores de delinquentes!

TheSuperfluosMan @TheSuperfluosM · 7 de set




15 42 1 mil 12 mil

Pkz t @TheRealPkz · 7 de set
Ver a história do exército é igual assistir game of thrones.. começa bem..

Edu @Eduma35 · 7 de set
Vim aqui só pra ler os comentários... kkkkkkkkkkk mooooooortooooo estou.

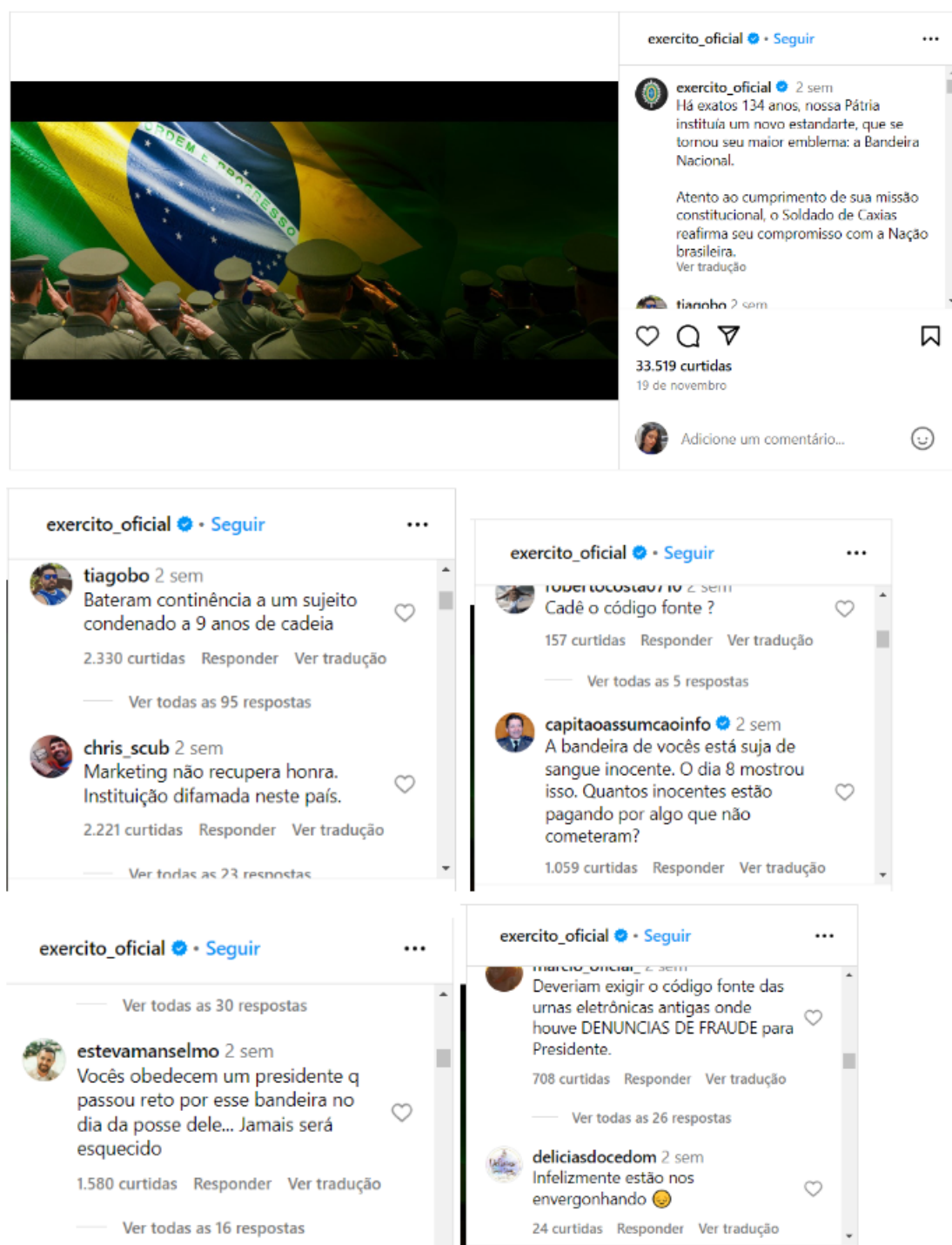
Silvana @Silvane55752866 · 7 de set
Vergonha



19 55 802 12 mil

Fonte: Twitter (X) oficial do Exército Brasileiro (2023)

Figura 14: Comentários em post no Instagram oficial do Exército feito dia 15 de Novembro (Proclamação da República)



Fonte: Perfil oficial do Exército no Instagram (2023)

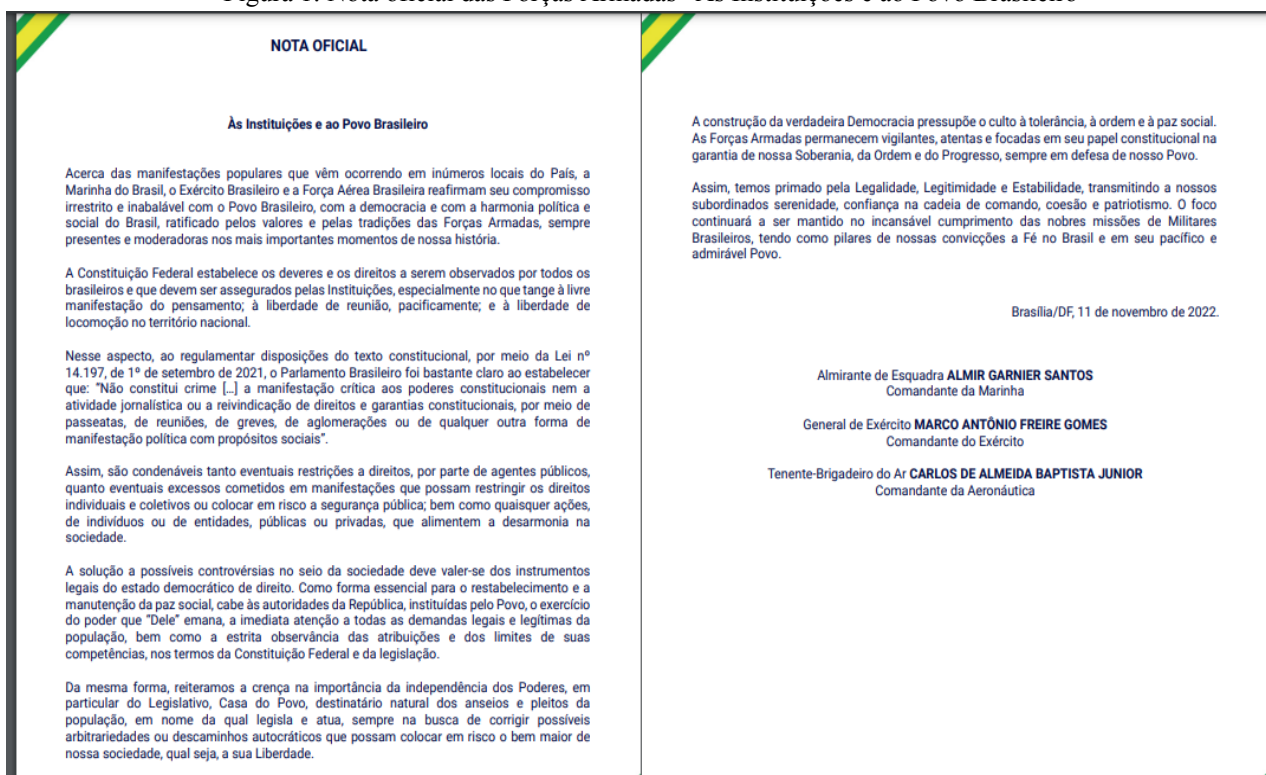
5.4 Forças Armadas: Posicionamento oficial

Diante deste contexto de pressão apresentado neste trabalho, o posicionamento das Forças Armadas, a quem eram feitas reivindicações e pedidos de intervenção militar logo após a vitória eleitoral de Lula, é muito relevante para a própria legitimidade dos processos

democráticos e para os públicos e a sociedade de modo geral.

Neste sentido, o posicionamento institucional das Forças torna-se um fator com potencial para fomentar ou atenuar as investidas de cunho anti-democrático que vinham sendo ensaiadas e praticadas desde a derrota de Bolsonaro nas urnas. O pronunciamento mais notório das Forças foi uma nota oficial “Às Instituições e ao Povo” Brasileiro, publicada em 11 de novembro de 2022. O documento trata-se dos acampamentos que se formavam naquele momento em frente aos quartéis por todo o Brasil.

Figura 1: Nota oficial das Forças Armadas “Às Instituições e ao Povo Brasileiro”



Fonte: Ministério da Defesa (2022)

De maneira geral, o texto ressalta o compromisso das Forças com o povo brasileiro e com a democracia, a harmonia política e social. O documento, que fala em nome do Exército, Aeronáutica e Marinha, se refere aos acampamentos bolsonaristas como “manifestações populares”. Ele também faz referência à Constituição Federal, e dá ênfase à garantia da livre manifestação do pensamento, liberdade de reunião pacífica e liberdade de locomoção no território nacional. Além disso, cita a Lei nº 14.197 de 2021, que esclarece que a manifestação crítica aos poderes constitucionais, atividade jornalística e reivindicação de direitos constitucionais não constituem crime.

Vale ressaltar que as movimentações que se intensificaram a partir da derrota eleitoral de Bolsonaro questionavam a validade do resultado eleitoral, e se localizavam em frente aos quartéis não por acaso, mas sim porque havia um objetivo comum de criar vias

para uma possível anulação do resultado das urnas. O questionamento do resultado se dava tanto pelas críticas infundadas quanto pela segurança do processo eleitoral pelas urnas eletrônicas e pela reivindicação de intervenção militar. Ambas, de viés antidemocrático. Neste sentido, é possível detectar certa ambiguidade no discurso.

No contexto da publicação da nota, um posicionamento oficial das Forças Armadas com contradições nas entrelinhas pode conferir pouca clareza às impressões dos públicos e deixar nebulosa a real posição da instituição diante da situação. Grunig (2009) destaca a importância de uma comunicação simétrica, honesta e bidirecional para uma boa relação das organizações com seus públicos, ao invés da adoção de uma comunicação unilateral e que manipula as informações.

Algumas declarações públicas por parte de autoridades das Forças Armadas mencionadas neste trabalho demonstram que a instituição não é alheia à sua imagem e reputação, pelo contrário, preocupa-se com esses fatores. Por isso, os futuros posicionamentos das Forças Armadas nos próximos governos e no atual é muito relevante na política nacional e na imagem da organização. A partir do governo Bolsonaro, a presença de militares da ativa e da reserva aumentou como nunca antes desde a redemocratização. Por isso, o discurso e as ações da instituição são importantes para a manutenção dos aparatos democráticos, e também para a manutenção de uma boa reputação, imagem e credibilidade da organização perante a sociedade e seus públicos.

Para isso, é necessário um comprometimento da organização em posicionar-se em defesa da democracia brasileira e respeitando suas instituições. Isso se dá não apenas por meio de um posicionamento coerente, e com o reconhecimento das ocasiões que possivelmente atentem contra o Estado Democrático de Direito, mas também com parcimônia nas condutas pessoais de seus membros ativos e da reserva em relação à conjuntura política. Esses são elementos importantes para que os cidadãos e os eleitores compreendam o real papel das Forças Armadas, que não inclui o controle do poder político, ou o apoio a determinados governos e ideologias, e assim possam assimilar seu caráter apartidário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, tem-se assistido a um crescimento dos governos de direita mundialmente. No Brasil, a última década foi marcada por um processo intenso de crises políticas e econômicas, que culminaram em uma tensão política aguda no processo eleitoral

de 2022. Foram constantes os ataques de autoridades e lideranças, como a própria Presidência, às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral coordenado pelo TSE. Muitas *fake news* foram disseminadas sobre esse e outros temas nas eleições de 2022. Com a vitória eleitoral de Lula nas urnas com 50,9% dos votos, a agenda da extrema direita que até então contestava a segurança do sistema eleitoral, passava a reivindicar a anulação do resultado das urnas e uma eventual intervenção militar.

O sentido principal deste trabalho é buscar entender melhor como os eventos dessa conjuntura política podem ter impactado as Forças Armadas e suas relações com seus públicos e a opinião pública no cenário da democracia brasileira. A relevância deste tema se dá também pelo passado histórico do Brasil, que viveu sob uma ditadura militar de duas décadas até 1985. É importante a reflexão sobre a imagem, reputação e posicionamento da instituição em um momento em que ela volta a participar da vida política como nunca antes desde a redemocratização. Alguns dos principais eventos explorados neste trabalho, como os acampamentos bolsonaristas nos quartéis pelo Brasil e a invasão à Sede dos Três Poderes no dia 8 de janeiro, são fatos históricos de extrema importância para pensarmos a democracia brasileira recente.

Observar a opinião pública acerca da imagem das Forças Armadas hoje envolve uma série de acontecimentos políticos e consiste em um desafio, pois as construções da opinião pública não são lineares e nem individuais, já que cada pessoa é detentora de uma bagagem de experiências que também absorve das experiências do outro, de modo que cada opinião individual também é coletiva, de certa forma (Lippmann, 2010). Com o advento da sociedade midiaticizada, as tecnologias transformam suas relações entre si se propagam na vida cotidiana e social e nas relações interpessoais (Sodré, 2002). Da mesma forma, as organizações e instituições públicas também são afetadas pela midiaticização, e pelos processos de aumento da difusão do conhecimento, porém também é espaço propício para a desinformação (Tambusco, *et al.*, 2015).

No início do trabalho, a intenção era sondar principalmente os impactos dos últimos acontecimentos e polarização política na imagem das Forças diante dos públicos. Ao longo da pesquisa, naturalmente, foram-se expandindo os horizontes. Surgiu a necessidade de refletir, neste contexto, a importância da credibilidade e do posicionamento institucional das Forças Armadas em um país como o Brasil. Por isso, foram buscados insumos sobre as impressões dos públicos sobre a instituição no período recente, além de informações sobre o posicionamento das Forças Armadas, e sua repercussão midiática e nas redes sociais. As análises desta pesquisa foram feitas a partir de uma metodologia exploratória e de natureza

descritiva, com abordagem qualitativa e procedimentos documentais, com análise de dados secundários.

A observação da aparição das FFAA em alguns dos mais importantes veículos de comunicação do país revelou a grande repercussão dos eventos que antecederam os ataques do 8 de janeiro e seus desdobramentos na mídia. A partir das análises das pesquisas de opinião pública foi possível detectar oscilações nos indicadores de confiança das Forças Armadas nas amostras da população brasileira, indicando queda da confiança na instituição sob essa perspectiva. Para Ferrari (2011), riscos, ameaças e impactos oriundos do micro e macro entorno, são alguns dos agentes externos que podem colocar a organização em uma posição vulnerável.

Desse modo, o trabalho concluiu que as repercussões na opinião pública acerca das investigações sobre a participação de membros das Forças Armadas em movimentações golpistas; a aproximação de membros da instituição com o bolsonarismo; a inspeção do sistema eleitoral abalaram a credibilidade da instituição diante de alguns de seus públicos. Além disso, foi possível detectar uma insatisfação entre parte dos eleitores de Bolsonaro acerca da ausência de uma intervenção militar após a eleição de Lula. Isso nos leva a concluir como pode ser prejudicial para uma instituição como as FFAA, que atuam a serviço do Estado, aproximarem-se demasiadamente de figuras políticas ou governos.

Segundo a Teoria Geral de Excelência em Relações Públicas (Grunig, 1992), um “ambiente turbulento e complexo sob pressão de grupos ativistas estimula as organizações a desenvolver a função de relações públicas excelentes” (Grunig, 2011). Foi possível notar que a comunicação institucional em momentos decisivos pode levar uma organização a fomentar ou atenuar um impasse. Steyn (2007, p.158-158), define as relações públicas estratégicas como “uma função gerencial com identidade única que ajuda uma organização a adaptar-se ao ambiente para alcançar equilíbrio entre seus objetivos”. Assim, uma gestão estratégica de Relações Públicas é fundamental para que as Forças Armadas passem a se comunicar com mais clareza e consistência acerca de seu compromisso com a democracia brasileira e o respeito com as instituições que fazem parte dela.

Após as análises realizadas neste trabalho, conclui-se que, no âmbito da Comunicação, é ideal que as Forças Armadas sejam mais claras e assertivas na sua comunicação institucional, a fim de deixar claro para os públicos o caráter apartidário da organização. É preciso que a instituição dê atenção à fatia do público que parece não ter compreendido que a razão de existir das Forças Armadas não depende do governo vigente, nem da ideologia que o guia. No contexto das novas tecnologias da informação e das *fake*

news, o posicionamento institucional em momentos decisivos para a democracia e para a própria organização é ainda mais importante, e para este trabalho, as atividades de Comunicação e de Relações Públicas são de suma importância. Pensando nisto,

Se há um exército de robôs e ciborgues construindo um universo paralelo, cabe à comunicação e ao conjunto de seus profissionais trabalhar para esclarecer esse movimento altamente danoso à sociedade. Com ações de disseminação de mentiras, discursos de ódio e teorias negacionistas, a sociedade caminha contra o desenvolvimento e a democracia. Organizações, pesquisadores e profissionais devem trabalhar para levar educação digital e comunicacional a todos, de modo a gerar naturalmente o caráter do debate e da crítica (Farias *et al*, 2020, p.79).

Para buscar uma boa imagem perante a sociedade e os públicos, é preciso que as Forças Armadas estejam atentas às suas comunicações, para que o compromisso da instituição para com o Estado Democrático de Direito seja mais consistente na opinião pública, e para que a percepção dos públicos não seja acometida pela possibilidade de a instituição embarcar em aventuras e movimentações de cunho antidemocrático. Neste sentido, a alta cúpula militar deve estar alinhada com estes objetivos de comunicação, para que os posicionamentos dos representantes não coloquem em cheque os posicionamentos oficiais das Forças. A comunicação alinhada e simétrica pode tornar possível o aumento da confiança dos públicos na instituição e a credibilidade das Forças Armadas perante as demais instituições da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. **O conceito de opinião pública na teoria da comunicação: genealogias e modos de abordagem.** *Organicom*, v. 17, n. 33, p. 62–79, 21 dez. 2020.

BECKER, G. E. H. **A opinião pública na produção literária e acadêmica de relações públicas no Brasil: 1960-2019.** *Organicom*, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 80-97, 2020. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2020.173595. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/173595>. Acesso em: 17 out. 2023.

MOISÉS, J. Á. **A desconfiança nas instituições democráticas**. Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 33–63, mar. 2005.

FARIAS, L. A. DE; LEMOS, E.; REBECHI, C. N. **Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: ABRAPCoRP, 2020.

PARISER, E. **O filtro invisível**. [s.l.] Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2012.

Facebook é a rede social mais usada por brasileiros para se informar sobre política.

Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/03/14/facebook-e-a-rede-social-mais-usada-por-brasileiros-para-se-informar-sobre-politica>>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

PACETE, L. G. Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais em todo o mundo.

Disponível em:

<<https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

CERATTI, R. K.; MORAES, R. F. DE; FILHO, E. B. DA S. **Confiança nas Forças Armadas brasileiras: uma análise empírica a partir dos dados da pesquisa SIPS - Defesa Nacional**. Opinião Pública, v. 21, n. 1, p. 132–156, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/jtWcC7dvtxcRmRQDnmRzCCS/#>. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

THOMAZ, J. C.; BRITO, E. P. Z. **Comunicação Corporativa: contribuição para a reputação das organizações**. Organicom, v. 4, n. 7, p. 140, 14 dez. 2007.

ALMEIDA, A. L. D. C. **Reputação organizacional: a importância de parâmetros para o seu gerenciamento**. Organicom, v. 2, n. 2, p. 116, 12 jun. 2005.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Disponível em:

<<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas>>.

Acesso em: 23 de outubro de 2023.

CRUZ, D. F. DA. **Subsídios para uma caracterização do discurso institucional.** *Organicom*, v. 5, n. 9, p. 130, 16 dez. 2008.

MARINHA DO BRASIL. **Marinha do Brasil - Protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA, **Força Aérea Brasileira — Asas que protegem o país.** Disponível em: <<https://www.fab.mil.br/index.php>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

THOMAZ, J. C.; BRITO, E. P. Z. **Comunicação Corporativa: contribuição para a reputação das organizações.** *Organicom*, v. 4, n. 7, p. 140, 14 dez. 2007.

LASBECK, L. C. A. **Imagem e reputação na gestão da identidade organizacional.** *Organicom*, v. 4, n. 7, p. 84, 14 dez. 2007.

ROSA, M. **A reputação sob a lógica do tempo real.** *Organicom*, v. 4, n. 7, p. 58, 14 dez. 2007. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138943>> Acesso em: 04 de novembro de 2023.

BUENO, W. D. C. **A personalização dos contatos com a mídia e a construção da imagem das organizações.** *Organicom*, v. 2, n. 2, p. 10, 12 jun. 2005. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138879>> Acesso em: 04 de novembro de 2023.

LASBECK, L. C. A. **Imagem e reputação na gestão da identidade organizacional.** *Organicom*, v. 4, n. 7, p. 84, 14 dez. 2007. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138945>> Acesso em: 04 de novembro de 2023.

“Se o Exército receber a ordem, cumpre prontamente”: Cid e subchefe do Estado Maior cogitaram golpe, diz revista. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/se-o-exercito-receber-a-ordem-cumpre-prontamente-cid-e-subchefe-do-estado-maior-cogitaram-golpe-diz-revista.ghml>>. Acesso em: 8

nov. 2023.

Os generais de Bolsonaro: quem são os militares de mais alta patente no círculo do presidente eleito. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/16/os-generais-de-bolsonaro-quem-sao-os-militares-de-mais-alta-patente-no-circulo-do-presidente-eleito.ghtml>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Atrito com Bolsonaro derruba comandantes das Forças Armadas, na maior crise militar desde 1977. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/comandantes-das-forcas-armadas-pedem-demissao-em-protesto-contrabolsonaro.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Bolsonaro aposta em antiguidade e nomeia novos comandantes militares. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/bolsonaro-aposta-em-antiguidade-e-nomeia-novos-comandantes-militares.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Lupa: Bolsonaro cita no JN informações falsas sobre fraude nas urnas e Covid-19.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/bolsonaro-cita-no-jn-informacoes-falsas-sobre-fraude-nas-urnas-e-covid-19.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Keller, T. R., & Klinger, U. (2019). **Social bots in election campaigns: Theoretical, empirical, and methodological implications.** *Political Communication*, 36(1), 171–189.

Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PF deflagra 11a fase da Operação Lesa Pátria para identificação de participantes que financiaram os ataques do dia 8/1. Disponível em:

<<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/05/pf-deflagra-11a-fase-da-operacao-lesa-patria-para-identificacao-de-participantes-que-financiaram-os-ataques-do-dia-8-1>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Fake news, oração e comida de graça: um dia no acampamento golpista. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/fake-news-oracao-e-comida-de-graca-um-dia-no-acampamento-golpista>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

AMARAL, L. Exército diz que não produziu relatórios de inteligência sobre acampamento em frente ao QG da corporação. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/exercito-diz-que-nao-produziu-relatorios-de-inteligencia-sobre-acampamento-em-frente-ao-qg-da-corporacao/>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Exército cancelou duas operações para desmonte de acampamento bolsonarista. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/exercito-cancelou-duas-operacoes-para-desmonte-de-acampamento-bolsonarista.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MARTINUZZO, J. A.; DARRIBA, V. A. Terrorismo, ciberterritórios, fake news e o fenômeno das massas “instrumentárias”. Liinc em Revista, v. 19, n. 1, p. e6238–e6238, 4 jun. 2023. Disponível em <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6238/5956>> Acesso em: 18 de nov. de 2023.

SENADO, T. V. Imagens mostram ataques aos palácios dos Três Poderes em Brasília. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/01/imagens-mostram-ataques-aos-palacios-dos-tres-poderes-em-brasilia>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CPMI - 8 de Janeiro - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 - Atividade Legislativa - Senado Federal. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>>. Acesso em: 18 nov. 2023

DEMOCRACIA, I. DA. Forças armadas: pesquisa avalia confiança e visões sobre militares na política. Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/single-post/for%C3%A7as-armadas-pesquisa-avalia-confian%C3%A7a-e-vis%C3%B5es-sobre-militares-na-pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Partidos, Congresso, igrejas, STF: o quanto o brasileiro confia nessas e em outras instituições? Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/09/partidos-congresso-igrejas-stf-o-quanto-o-brasileiro-confia-nessas-e-em-outras-instituicoes.ghtml>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Pesquisa: A cara da democracia, assunto. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/tudo-sobre/assunto/pesquisa-a-cara-da-democracia/>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

A Cara da Democracia no Brasil. Disponível em:

<<https://www.institutodademocracia.org/blog/categories/a-cara-da-democracia-no-brasil>>.

TERRA, C. F. **Relacionamentos nas mídias sociais (ou relações públicas digitais): estamos falando da midiatização das relações públicas?** *Organicom*, v. 12, n. 22, p. 103, 16 jun. 2015.

CARVALHO, M. F. C. DE; MATEUS, C. A. **FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO NO MEIO DIGITAL: análise da produção científica sobre o tema na área de Ciência da Informação.** *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 8, n. 2, 17 nov. 20

Forças Armadas nas páginas policiais e sua tentativa de recuperar confiança. Narração:

Gustavo Lopes. Convidado: Marcelo Godoi. *Estadão Notícias*, 24 de agosto de 2023. Podcast.

Disponível em:

https://open.spotify.com/episode/708LxZQOB5bjZ5XYdZCiCZ?si=5pntJ6QdTJO8_EDyQj7L6A. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

Como apelos golpistas de Bolsonaro impactam cúpula militar. Convidado: César Feitosa.

Café da Manhã, 27 de Setembro de 2023. Podcast. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/2qSSOQGG6jC0fiA6aIE959?si=d60e65a8e9e14517>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

O rastro de Bolsonaro no 8 de janeiro. Narração: Julia Dualibi. Convidados: Bela Megale,

Vera Magalhães. O Assunto, 26 de abril de 2023. Podcast. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/5BOKmPGSdI6CLbRGCGia3L?si=9630672ab9b84f33&nd=1&dlsi=01bf7a2b6dae441f>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

